



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 092

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 092

83ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Designações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Grande Expediente:

Homenagem aos 40 anos do CIEE

Composição da Mesa 12

Proponente:

Dep. Osmar Bertoldi 12

Realização da Homenagem..... 13

Orador:

Sr. Luiz Nicolau Mader Sunyé

Presidente do CIEE/PR 13

Pequeno Expediente:

Dep. Edgar Bueno..... 15

Dep. Teruo Kato..... 18

Dep. Geraldo Cartário..... 19

Dep. Professor Luizão..... 20

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 21

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno 15

Liderança da Oposição

Dep. Edgar Bueno 16

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão20

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk.....22

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto.....23

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch24

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni26

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente29

Discussão/Votação

3ª Discussão29

2ª Discussão29

1ª Discussão30

Requerimentos31

Encerramento da Sessão36

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas37

Atas de Comissões

Assuntos Metropolitano.....46

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação46

Redação46

Especial de Reforma à

Constituição46

Especial de Investigação dos

Insumos e Fertilizantes47

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual47

Licença Especial.....47

DIÁRIO Nº 092**83ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE AGOSTO DE 2007**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Caíto Quintana, Stephanes Júnior e Tadeu Veneri (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofício**

Sob os nºs CTL/CC 260, 261 e 262/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 387, 426, 152, 163, 172, 380, 381, 395, 410, 413, 437 e 351/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 254/07

SÚMULA:

Solicita a implantação de lombada eletrônica na Rodovia do Xisto, BR-476, no Km 152 - Araucária.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - A solicitação da implantação da lombada eletrônica na Rodovia do Xisto, BR-476, no Km 152 - Araucária.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados da Polícia Rodoviária de Araucária, durante o ano de 2006 até julho de 2007 ocorreram, na Rodovia do Xisto, BR-476, entre o Km 151 e Km 153, trecho compreendido entre Curitiba/Araucária e em ambos os sentidos, 43 (quarenta e três) acidentes, sendo 35 (trinta e cinco) feridos e 06 (seis) óbitos.

A presente indicação se justifica em razão do grande fluxo de veículos e pedestres no referido local. A implantação de uma lombada eletrônica oferecerá maior segurança às vidas das pessoas que residem e trabalham às margens da Rodovia do Xisto.

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Sirvo-me da presente para informar a V. Exa. que o partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, indica para compor como membro suplente da Comissão Especial de Investigação - CEI, sobre os investimentos do Governo em publicidade e propaganda, o Deputado Cleiton Kielse.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Augustinho Zucchi, para representar esta Casa de Leis na Audiência com Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Reinhold Stephanes, no dia 15 de agosto de 2007, na cidade de Brasília.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa a Sra. Deputada Beti Pavin, para representar esta Casa de Leis no IV Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, nos dias 15 e 16 de agosto, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país, com destino aos Estados Unidos da América, no período de 3 a 12 de setembro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2390

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER a realização de Sessão Solene, no dia 04 de outubro de 2007, em homenagem à Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP e a posse da nova diretoria da entidade, com mandato até 2011.

Entre os objetivos da FIEP para o próximo mandato é aumentar o porte das indústrias no Paraná, dobrando o número de empregos, elevando os investimentos produtivos.

A nova diretoria eleita para a FIEP ficou assim constituída:

Presidente: Rodrigo da Rocha Loures.

Vice-Presidentes: Carlos Walter Martins Pedro, Cláudio Petrycoski, Edson Luiz Campagnolo, Helio Bampi, José Luiz Parzianello, Junker Assis Grassioto,

Luiz Fernando Wunderlich Ferraz, Luiz Paulo Rover, Nelson Arnaldo Kowalski, Odair Ceschin, Ricardo José Magalhães Barros, Rommel Barion, Ronaldo Duschenes, Sidney Meneguetti, Wolney Edirley Gonçalves Bettiol.

1º Secretário: Fredy Henrique Chevalier.

2º Secretário: Joaquim Cancela Gonçalves.

3º Secretário: Valdir José Gnatta.

1º Tesoureiro: Evaldo Kusters.

2º Tesoureiro: José Georgevan Gomes de Araújo.

Diretores Suplentes: Frederico José Busato Júnior, José Carlos Pisani (*in memoriam*), Giovano Conrado Fantin, Itamar Carlos Ferreira, René Oscar Pugsley Júnior, Sebastião Ferreira, Martins Júnior, Cláudio Grochowicz, Wilson Becker, Marcos Tadeu Koslovski, José Carlos de Godoi, Paulo Roberto Munhoz, Adilson Cozendey Filipaki, Edgar Behne, Antonio Di Rienzo, Marcos Aurélio Tudino, Paulo Roberto Habinoski, Rafael Liston, Vilson Vilmar Basso, Joice Maria Nervis Roncaglio, Amorim Pedrosa Moleirinho, Daniel Wosniak, Waldomiro Wanderley Luersen.

Conselho Fiscal Efetivo: José Toaldo Filho, Urbano Rampazzo, Ursula Marta Dickel Von Borstel Kayser.

Suplentes: Luiz Carlos Bonoto, Tamotu Oda, Maria Abigail Beira Fortuna.

Delegados representantes junto ao Conselho da Confederação Nacional da Indústria.

Efetivos: Rodrigo Costa da Rocha Loures, Wolney Edirley Gonçalves Bettiol.

Suplentes: Sidney Meneguetti, José Luiz Parzianello.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(aa) CIDA BORGHETTI
MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 2398

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo nominado, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se realize no mês de setembro próximo, em dia e horário a ser determinado com o auxílio do Presidente da referida comissão, no município de Campo Mourão, uma audiência Pública para tratar do tema diretamente com a comunidade local.

Deverão ser trazidas à participação todos os membros da comissão, além de todos a ela relacionadas, além da sociedade civil organizada, bem como os órgãos representativos das categorias profissionais afeitas ao tema, além da participação das universidades e meios acadêmicos e de profissionais da área.

Julgamos de grande importância para a comunidade mourãoense que se realize esse debate e esclarecimentos com vistas à soluções das demandas mais urgentes.

Ainda, aproveitamos o ensejo para manifestarmos a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO N° 2394

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento do Sr. Geraldo Moreira da Silva, ocorrido na tarde desta segunda-feira, dia 13 de agosto.

Geraldo Moreira da Silva tinha 57 anos, trabalhava como vigilante há mais de 15 anos e fazia parte da direção do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana.

Foi vítima de uma brutalidade. Consta que ao sair de casa na tarde desta segunda-feira para trabalhar, foi baleado com 4 tiros, sem nenhum motivo. A hipótese de assalto foi descartada pela Polícia, já que o autor dos disparos deixou a bolsa, carteira e dinheiro. De família simples, Geraldo era considerado pelos amigos como um trabalhador honesto e uma pessoa tranqüila. A categoria dos trabalhadores vigilantes também se solidarizou pela perda do amigo. Geraldo deixa esposa e 3 filhos.

Requer ainda que seja dada ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à R. Jacarandá, 80 - Parque Imbu - CEP 83414-620 - Colombo/PR.

Estender os votos de pesar à direção do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana, através de correspondência em nome do Sr. João Soares - R. Iapó, 1566 - Prado Velho - CEP 80215-020 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO N° 2381

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Rodrigo da Rocha Loures, bem como aos demais membros da chapa Afirmação Empresarial, em razão da eleição, com 60% dos votos, para novo mandato à frente da Federação das Indústrias do Paraná até 2011.

Eleição para a presidência da FIEP foi a mais concorrida dos últimos anos e contou em 99% de presença dos votantes.

A posse da nova diretoria acontecerá em 1° de outubro.

Rodrigo da Rocha Loures é também Presidente do Conselho de Política Industrial da CNI - Confederação Nacional da Indústria. Tem 64 anos, casado com a artista plástica Vera Lília, tem 3 filhos: Rodrigo (Deputado Federal - PMDB), Isabel e Larissa. É avô de 7 netos.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(aa) CIDA BORGHETTI
MAURO MORAES

REQUERIMENTO N° 2388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de congratulações a Dercy Gonçalves, pela brilhante carreira artística.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente a homenagem.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Dercy Gonçalves, nome artístico de Dolores Gonçalves Costa, (Santa Maria Madalena, 23 de junho de 1907) é uma atriz brasileira, oriunda do teatro de revista e notória por suas participações na produção cinematográfica brasileira das décadas de 1950 e 60. Atualmente, é reconhecida por suas entrevistas irreverentes e pelo frequente uso de palavras de baixo calão.

Biografia

Nasceu no interior do estado do Rio de Janeiro, filha de um alfaiate. Sua mãe, chamada Margarida, abandonou o lar, quando descobriu a infidelidade do esposo. A família era muito pobre, e Dercy trabalhava muito nova. Foi bilheteira de cinema, além de apresentar-se para hóspedes de hotel em sua cidade.

Dercy estreou em 1929, em Leopoldina, integrando o elenco da Companhia Maria Castro. Fazendo teatro itinerante, fez dupla com Eugênio Pascoal em 1930, com quem se apresentou por cidades do interior de alguns estados, sob o nome de Os Pascoalinos.

Já especializando-se na comédia e no improviso, participou do auge do teatro de revista brasileiro, nos anos 30 e 40, estrelando algumas delas, como Rei Momo na Guerra, em 1943, de autoria de Freire Júnior e Assis Valente, na companhia do empresário Walter Pinto.

A partir da década de 60, Dercy inicia espetáculos em solitário. As apresentações, feitas em teatros de todo o país, conquistam um público ainda cheio de moralismos. Nesses espetáculos, aos poucos introduziu um monólogo no qual contava fatos autobiográficos de sua vida. Ao largo dessas apresentações, atuou, desde o início na Revista, em diversos filmes do gênero chanchada e comédias nacionais.

Na televisão, chegou a ser a atriz mais bem paga da TV Excelsior nos anos 60, onde também conheceu o executivo Boni. Depois que passou para a TV Rio, convenceu Boni a trabalhar na emissora, junto de Walter Clark. No final dos anos 60 apresentou na TV Globo um programa de auditório, que acabou saindo do ar com o início da censura no país. No final dos anos, quando a censura permitiu maior liberalismo na programação, Dercy passou a integrar corpos de jurados em programas populares, como em alguns apresentados por Sílvio Santos, e até aparições em telenovelas da Rede Globo. No SBT voltou

a experimentar um programa próprio que, entretanto, teve curtíssima duração.

Sua carreira foi pautada no individualismo, tendo sofrido, já idosa, um desfalque nas economias por parte de um empresário inescrupuloso - o que fez com que retomasse a carreira, já octogenária.

Recebeu, em 1985, o Troféu Mambembe, numa categoria criada especificamente para homenageá-la: Melhor Personagem de Teatro.

Em 1991 mostrou os seios durante um desfile no Carnaval.

Em 4 de setembro de 2006, aos 99 anos, recebeu o título de Cidadã Honorária da Cidade de São Paulo, concedido pela Câmara de Vereadores desta capital.

Cem anos

No dia 23 de junho de 2007, Dercy Gonçalves completou 100 anos com uma festa na praça General Brás, no centro do município de Santa Maria Madalena (sua cidade natal), na região serrana do Rio de Janeiro. Na festa, Dercy comeu bolo, levantou as pernas fazendo graça para os fotógrafos, falou palavrão e saudou o povo, que parou para acompanhar a comemoração. Embora oficialmente tenha completado 100 anos, Dercy afirma que seu pai o registrou com 2 anos de atraso, logo teria completado 102 anos de idade.

Filmografia

2000 - Célia & Rosita (curta-metragem); 1993 - Oceano Atlantis; 1983 - O Menino Arco-Íris; 1980 - Bububu no Bobobó; 1970 - Se Meu Dólar Falasse; 1963 - Sonhando com Milhões; 1960 - Com Minha Sogra em Paquetá; 1960 - Dona Violante Miranda (Violante Miranda); 1960 - Só Naquela Base; 1960 - A Viúva Valentina (Valentina); 1960 - Entrei de Gaiato (Anastácia da Emancipação); 1959 - Minervina Vem Aí (Minervina); 1959 - Cala a Boca, Etelvina (Etelvina); 1958 - A Grande Vedete (Janete); 1958 - Uma Certa Lucrécia (Lucrécia); 1957 - Absolutamente Certo (Bela); 1957 - A Baronesa Transviada (Gonçalina/Baronesa); 1957 - Feitiço do Amazonas; 1956 - Depois Eu Conto; 1948 - Folias Cariocas; 1946 - Caídos do Céu (Rita Naftalina); 1944 - Abacaxi Azul; 1944 - Romance Proibido (Dercy); 1943 - Samba em Berlim.

Televisão

1996 - Caça Talentos - "Avó" da Fada Bela; 1992 - Deus nos Acuda - Celestina; 1990 - La Mamma - Mamma; 1989 - Que Rei Sou Eu? - Baronesa Eknésia; 1980 - Dulcinéia vai à Guerra - Dulcinéia (Rede Bandeirantes); 1980 - Cavalo Amarelo - Dulcinéia (Rede Bandeirantes) - Troféu; Imprensa de Melhor Atriz (empate com Dina Sfat)

Frases célebres

Quem me criou foi o tempo, foi o ar. Ninguém me criou. Aprendi como as galinhas, ciscando, o que não me fazia sofrer eu achava bom.

Só vou morrer quando eu quiser (dita aos 95 anos).

Sou famosa, sou grande, sendo pequena.

O museu é para mostrar quem eu fui, quem desejei ser, quem sou.

REQUERIMENTO Nº 2389

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da FETROPAR - Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná, Sr. Epitácio Antonio dos Santos, parabenizando pela posse da nova diretoria gestão 2007-2011, destacando-se os incontáveis e relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro dos Transportes, solicitando a implantação de um posto da Polícia Rodoviária Federal, em Londrina. O município é pólo de uma região com mais de 1,5 milhão de habitantes e ainda não dispõe desse atendimento. Londrina é caminho natural para os países do MERCOSUL e ligação do norte do estado com a capital paulista, recebendo, diariamente, enorme fluxo de veículos. Tomamos a liberdade de informar S. Exa., o Ministro, que o DNIT já tem um prédio em Londrina, no Jardim Ideal, que poderia acolher o posto da Polícia Rodoviária, atendimento que seria de grande importância para a região.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2395

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva e ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Sr. Nelson Garcia, após ouvido o douto Plenário, informar, relativamente o repasse de recursos públicos procedidos por essa Secretaria ou pela extinta FUNDEPAR, nos últimos 12 (doze) anos, para entidades não governamentais, ONGs, OSCIPs, fundações, etc, o que segue:

1) Quantos foram os repasses ou transferência de valores e a que título? Informar os correspondentes valores, um a um.

2) Quais as entidades beneficiadas e respectivos CNPJs? A necessidade da informação do CNPJ prende-se ao fato da impossibilidade de consulta ao site oficial do Governo - Gestão do Dinheiro Público, sem este dado.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, CHICO NOROESTE, DUÍLIO GENARI, ADEMAR TRAIANO, DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, LUIZ MALUCELLI, CIDA BORGHETTI, PLAUTO MIRÓ, EDGAR BUENO, VALDIR ROSSONI e 01 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 2396

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, Dra. Maria Marta Weber Lunardon, e ao Sr. Roberto Dalledone, Diretor do DEAM após ouvido o douto Plenário, informar relativamente ao pregão presencial nº 320/07, que será realizado no dia 16 próximo, para aquisição de 4 mil tratores, pergunta-se: porque constou no lote nº 2, do anexo I a exigência de transmissão mínima de 9 marchas à frente e 3 à ré, quando usualmente os tratores tem transmissão de 8 à frente e 2 à ré ou de 14 à frente e 4 à ré, em caso da necessidade de maior tração ou velocidade? Sendo, inclusive, que a diferença de 8x2 para 9x3, é praticamente insignificante em termos de resultado, quanto ao aumento de força e velocidade deste maquinário.

E ainda, se o objetivo da condição inserida no edital referido de que o fornecedor disponha de 10 concessionárias no estado é o de proteger os interesses do agricultor, dando-lhe mais conforto e segurança, porque não se exigiu também que essas concessionárias estivessem situadas nas diversas microrregiões, em cidades pólo ou de localização estratégica no estado?

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2399

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de Informações ao Secretário de Estado da Educação - Maurício Requião, e ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - Nelson Garcia, informar o repasse de recursos públicos para entidades não governamentais, pela extinta FUNDEPAR, nos últimos 12 (doze) anos.

1) Quantos foram os repasses ou transferências de valores e a que título? Informar os correspondentes valores, um a um.

2) Quais as entidades beneficiadas e respectivos CNPJs? A necessidade de informação do CNPJ prende-se ao fato da impossibilidade de consulta no site oficial sem esta informação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 586/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido, a partir de 1º de janeiro de 2008, o uso e a fabricação no estado do Paraná, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

§ 1º Entende-se como amianto ou asbesto a forma fibrosa dos silicatos minerais pertencentes aos grupos de rochas metamórficas das serpentinas, isto é, a crisotila (asbesto branco), e dos anfíbolios, entre eles, a actinolita, a amosita (asbesto marrom), a antofilita, a crocidolita (asbesto azul), a tremolita ou qualquer mistura que contenha um ou vários destes minerais.

§ 2º A proibição a que se refere o caput estende-se à utilização de outros minerais que contenham acidentalmente o amianto em sua composição, tais como talco, vermiculita, pedra-sabão, cuja utilização será precedida de análise mineralógica que comprove a ausência de fibras de amianto entre seus componentes.

Art. 2º A proibição de que trata o caput do artigo 1º vigorará a partir da data da publicação desta lei em relação aos produtos, materiais ou artefatos destinados à utilização desta por crianças e adolescentes, tais como brinquedos e artigos escolares, e ao uso doméstico, tais como eletrodomésticos, tecidos, luvas, aventais e artigos para passar roupa.

Art. 3º É vedado aos órgãos da administração direta e indireta do estado do Paraná, a partir da publicação desta lei, adquirir, utilizar, instalar, em suas edificações e dependências, materiais que contenham amianto ou outro mineral que o contenha acidentalmente.

Parágrafo Único. Estende-se, ainda a proibição estabelecida no caput do artigo 1º, com vigência a partir da publicação desta lei, aos equipamentos privados de uso público, tais como estádios esportivos, teatros, cinemas, escolas, creches, postos de saúde, e hospitais.

Art. 4º Até que haja a substituição definitiva dos produtos, materiais ou artefatos, em uso ou instalados, que contêm amianto, bem como nas atividades de demolição, reparo e manutenção, não será permitida qualquer exposição humana a concentrações de poeira acima de 1/10 (um décimo) de fibras de amianto por centímetro cúbico (0,1f/cc).

§ 1º As empresas ou instituições, públicas e privadas, responsáveis pela execução de obras de manutenção, demolição, remoção de material, bem como sua destinação final, que contenham amianto ou em relação às quais haja suspeita de o conterem, deverão respeitar as normas técnicas previstas no Código Sanitário do Estado do Paraná, bem como as disposições contidas na legislação estadual e federal, em regulamentos, portarias, normas coletivas de trabalho e em termos de ajuste de conduta, pertinente ao objeto desta lei, que sejam mais restritivas no que concerne às medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

§ 2º O disposto no parágrafo 1º deste artigo compreende também as medidas de proteção aos trabalhadores que de qualquer forma se exponham à poeira que contenha amianto, qualquer que seja o regime de trabalho.

Art. 5º O Poder Executivo procederá à ampla divulgação dos efeitos nocivos provocados pelo contato e manuseio inadequados do amianto, bem como da existência de tecnologias, materiais e produtos substitutos menos agressivos à saúde, e promoverá orientações sobre como proceder com a manutenção dos produtos já instalados e usos até sua completa eliminação, incluindo os cuidados com os resíduos gerados e sua correta destinação final, conforme determinam a Resolução nº 348/04, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e outros dispositivos legais atinentes.

Parágrafo Único. Fica instituída a Semana de Proteção Contra o Amianto, que ocorrerá anualmente na semana que compreende o dia 28 de abril, durante a qual serão promovidas ações educativas sobre os riscos do amianto, formas de prevenir a exposição às fibras cancerígenas de produtos já existentes, medidas e programas de substituição do amianto, bem como sobre a demolição de obras que o contenham, ainda que acidentalmente, e sua destinação final.

Art. 6º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, promoverá ações para a capacitação técnica dos profissionais da saúde para diagnóstico, prevenção e tratamento da população contaminada ou com possibilidade de contaminação pelos elementos descritos no artigo 1º desse diploma legal.

Art. 7º A não observância ao disposto nesta lei é considerada infração sanitária e sujeitará o infrator à multa pecuniária de 1.000 (um mil) vezes o valor da mercadoria encontrada em seu estabelecimento ou no canteiro de obras.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa proteger os paranaenses de um problema de saúde já provado em todos os países: o alto poder cancerígeno do amianto e de seus minerais afins. Desde 2005, para se ter uma idéia, a União Européia não faz uso desse elemento, e a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece o poder cancerígeno do amianto.

Inúmeras unidades da federação já produziram legislação proibindo em seus territórios quaisquer materiais que contenham esse elemento tão nocivo. Assim, o estado do Mato Grosso do Sul foi o pioneiro, seguido pelo estado do Rio Grande do Sul, isso ainda no ano de 2001. Passados 6 anos e inúmeras mortes, casos de câncer promovido pelo amianto, está na hora de o Paraná cumprir seu dever de tutelar seus cidadãos, já que o Paraná é o único estado do sul do Brasil a não proibir esse elemento.

Para que os nobres Deputados possam ter conhecimento, o material denominado amianto é uma designação genérica dada às rochas fibrosas constituídas por silicatos. São utilizadas para o fabrico de telhas, caixas d'água, guarnições de freio (lonas e pastilhas) e revestimentos de discos de embreagem, além de outros materiais plásticos reforçados, tintas, pisos vinílicos, tecidos, entre outros.

O amianto é comprovadamente cancerígeno, atingindo os pulmões. Mas além do câncer ele pode ainda originar: insuficiência respiratória, asbestose (redução da capacidade respiratória) e o mesotelioma (um tumor maligno). Para ilustrar, anexamos ao presente uma matéria veiculada na Revista da Associação Médica Brasileira de agosto de 2001, Volume 47, nº 3.

O problema não se concentra apenas nos trabalhadores que produzem os produtos que contenham amianto; todas as pessoas próximas às fábricas, todos que se utilizam das caixas d'água com amianto, os pedestres que ao transitarem em ruas aspiram o pó invisível do amianto dos freios estão expostos a esse agente cancerígeno.

Por ser indestrutível, as fibras do amianto podem ficar 10, 20, ou 30 anos nos pulmões e só então desenvolver a doença.

O CONAMA já identificou o amianto como resíduo perigoso (Resolução nº 307/02, modificada pela nº 384/04). Mas o país ainda não possui estatísticas sobre o montante de brasileiros prejudicados pelo uso do amianto.

Por ser proibida em diversos estados brasileiros, banido da União Européia e em outras nações, fica claro que há substituto para o amianto na produção de telhas, pastilhas de freio, etc. Não há razão, assim, para continuarmos a permitir que paranaenses estejam adoecendo por falta de uma iniciativa legislativa proibindo e banindo esse mal de nosso estado.

PROJETO DE LEI Nº 587/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria o Programa Estadual de Acompanhamento Médico da Criança de 0 a 2 Anos no Estado do Paraná, a ser executado pela Secretaria de Estado da Saúde Pública.

Art. 2º As despesas correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Nossa proposta pretende criar o Programa Estadual de Acompanhamento Médico da Criança de 0 a 2 Anos no Estado do Paraná, a ser executado pela Secretaria de Estado da Saúde Pública.

Como já existe o pré-natal, com a implantação do Programa de Acompanhamento, o Poder Público daria continuidade ao tratamento médico para aqueles que não dispõem dos recursos necessários para custear as consultas médicas.

Este projeto, a exemplo do pré-natal, objetiva salvar vidas, pois objetiva permitir que a criança possa ter um acompanhamento médico mensal, proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Considerando o elevado alcance social da presente proposição, confio no apoio de meus nobres Pares para a aprovação da matéria em tela.

PROJETO DE LEI Nº 588/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Social Betesda, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Centro Social Betesda, situado à R. Ubaldino do Amaral, 480 - Alto da Glória - Curitiba/PR, fundada em 20 de abril de 1985, sem fins lucrativos, tem por objetivos específicos prestar serviços de atendimento gratuitos permanentes na esfera social a qualquer pessoa, colaborar

com a sociedade através de execuções de projetos e promover a recuperação e a integração social.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 12269, de 12 de junho de 2007.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 589/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Paranaense da Juventude - IPJ, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Paranaense da Juventude - IPJ, situada à R. Rockefeller, 706 - apto. 201-B - Rebouças - Curitiba/PR, fundado em 02 de outubro de 2005, sem fins lucrativos, tem por objetivo desenvolver estudos e pesquisas demográficas, socioeconômicas, culturais e comportamentais sobre a juventude, elaborar propostas de políticas públicas para a juventude, promover cidadania, esporte, lazer, cultura e atividades educativas.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 590/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Moradores dos Conjuntos Diamante Azul e Montes Claros - AUNILESTE, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores dos Conjuntos Diamante Azul e Montes Claros - AUNILESTE, CNPJ nº 02.503.771/0001-27, fundada em 15 de novembro de 1997, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Campo Mourão, neste estado, tem a finalidade de congregar todos os jovens e adolescentes dos Conjuntos Residenciais Diamante Azul, Montes Claros, Verdes Mares e Rio Mourão sem distinção de raça, cor, sexo, língua ou religião; identificar, mobilizar novos grupos capazes de representar os interesses dos adolescentes, a fim de que estes tenham algumas horas de lazer; estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras destas localidades; promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária e esportiva dos adolescentes; representá-los em suas reivindicações junto aos Poderes constituídos e colaborar com Poderes Públicos, Conselhos e outras entidades existentes na comunidade.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade que se volta para a área social e desportiva. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 591/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Núcleo de Apoio à Criança Excepcional de Curitiba - NACEC, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo de Apoio à Criança Excepcional de Curitiba - NACEC, CNPJ nº 06.788.622/0001-02, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Curitiba, neste estado, tem a finalidade de desenvolver e executar projetos nas áreas de: assistência social, moral cívica, cultural, esportes, saúde, meio ambiente, tecnologia, telecomunicações, transportes, turismo e/ou lazer, visando o aperfeiçoamento da pessoa humana em geral e, em particular de ambos os sexos, sem distinção de raça, cor ou credo religioso; fundar e manter cursos e escolas de todos os graus, bem como conceder bolsas de estudos; fundar e manter berçários, creches e albergues, para crianças, especialmente excepcionais; realizar intercâmbio social, cultural, científico, tecnológico, artístico e esportivo com entidades afins; incentivar a formação especializada em todas as

áreas de ciência, de tecnologia e das artes, mediante concessão de bolsas de estudos, no Brasil e no exterior, aos membros da NACEC e outros; produzir, editar e veicular textos e audiovisuais de cunho filosófico, científico, cultural, e artístico, podendo implantar, editar artes gráficas e laboratoriais de multi-meios; organizar e manter museus, bibliotecas, arquivos e outros espaços culturais e artísticos de acesso público; promover e subsidiar excursões de caráter cultural, competições esportivas, viagens de associados da NACEC ou não, em missão cultural e/ou científica no país ou no exterior; estabelecer convênios de cooperação com entidades públicas e privadas para realização de atividades específicas da NACEC; desenvolver programas e avaliações destinados à educação ecológica e à produção do desenvolvimento auto-sustentado; implantar e fazer uso de meios de comunicação social para a execução e difusão de projetos culturais e educacionais; desenvolver atividades de assessoria em gestão empresarial, serviços de consultoria empresarial, serviços de marketing e serviços de coordenação de campanhas.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade que se volta para a área social, ambiental e desportiva. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 592/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Comunitária Vila Rural Flor do Campo, com sede e foro no município de Campo Mourão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Vila Rural Flor do Campo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Campo Mourão, neste estado, tem a finalidade de representar a comunidade e beneficiários do Programa Vila Rural, junto a COHAPAR e a órgãos públicos e privados, objetivando a implantação, operacionalização e construção das habitações da Vila Rural, pesquisar preços oferecidos por fornecedores de material de construção, com vistas à execução das obras pelo menor custo; orientar e fiscalizar a compra de materiais e a eventual contratação de mão-de-obra; orientar e coordenar a execução das obras; promover o desenvolvimento da comunidade através da realização de obras e ações; proporcionar aos

participantes do programa, atividades produtivas, educativas, econômicas, assistenciais, culturais, esportivas e de lazer, de acordo com a necessidade da comunidade.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade que se volta para a área social e ambiental. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 593/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Comunidade de Acolhimento São José, com sede e foro no município de Campo Mourão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Acolhimento São José, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Campo Mourão, neste estado, tem caráter de comunidade de vida, tem a finalidade de casa de passagem para apoio a mendicantes, situação de rua, destinando-se a execução de programas de restauração, sócio-educativos, reinserção no mercado de trabalho e sociedade a partir dos 18 anos.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade que se volta para a área social. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 594/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Farão parte da grade curricular em acréscimo ao ensino científico já existente do evolucionismo na rede pública estadual de ensino, os ensinamentos básicos sobre Criacionismo.

Parágrafo Único. Os conteúdos referidos neste artigo devem incluir noções de que a vida tem sua origem em Deus, como criador supremo de todo universo e de todas as coisas que o compõe, tais como as plantas e os animais em todo seu ecossistema, o universo e o próprio homem.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Como é sabido, hoje vigora nos currículos escolares o ensino do Evolucionismo, que propaga que a vida teria se originado por meio de uma célula primitiva que se pôs em movimento pelo Big Bang. Em termos mais simples, *os seres vivos provieram da matéria inorgânica, e das plantas se originaram os animais e, por fim, dos animais teriam provido o homem, ou sejam sempre do menos teria vindo o mais, do inferior, por desabrochamento, teria vindo o superior.*

Ocorre que por força dos costumes e das tradições cristãs, a maioria da população brasileira crê na teoria do Criacionismo, como tendo sua origem em Deus, como criador supremo de todo o universo e de todas as coisas que o compõe, como animais, plantas, o próprio homem. Tal teoria tem como fundamento o livro de Gênesis, contido no livro dos livros, a saber, a Bíblia Sagrada, que é a verdadeira constituição da maioria das religiões do nosso país.

De acordo com a nossa Constituição Federal, mais precisamente em seu artigo 5º, onde trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, nos incisos VII e VIII do citado dispositivo legal, expressa que:

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, (...) ninguém será privado de direitos por motivo ou de convicção filosófica ou política.

Assim sendo, ensinar apenas a teoria do Evolucionismo nas escolas, é violar a liberdade de crença, uma vez que a maioria das religiões brasileiras acredita na Teoria do Criacionismo, até mesmo a Igreja Católica, que ainda hoje é maioria no país.

As crianças que frequentam as escolas públicas têm se mostrado confusas, pois aprendem nas suas respectivas escolas noções básicas de evolucionismo, quando chegam em suas Igrejas aprendem sobre o Criacionismo, colidindo assim, conceitos de formação escolar e acadêmica.

Ensinar apenas o Evolucionismo nas escolas é ir contra a liberdade de crença de nosso povo, uma vez que a teoria do Criacionismo é a predominante em todo o nosso país.

O que se requer não é a abolição da Teoria do Evolucionismo nos currículos escolares, mas a inclusão da Teoria do Criacionismo, tendo como fundamento que essa é a teoria adotada pela maioria de todas as religiões. Como vivemos numa sociedade democrática, cujo direito fundamental se constitui na livre escolha, que cada qual escolha em que teoria quer acreditar.

Grande Expediente:

Homenagem aos 40 anos do CIEE

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder à inversão da nossa Sessão de hoje, tendo em vista requerimento aprovado do Deputado Osmar Bertoldi.

Neste momento passamos ao horário do Grande Expediente.

Antes de passar a palavra ao eminente Deputado que propôs esta homenagem aos 40 anos do CIEE - Centro Integrado Empresa-Escola, gostaria de fazer o anúncio da composição da Mesa.

Composição da Mesa

Nos honramos com a presença do Luiz Nicolau Mader Sunyé - Presidente do CIEE/PR; Exmo. Sr. Deputado Edgar Bueno, 1º Secretário dessa Sessão; e Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Proponente

Esta presidência tem a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Osmar Bertoldi, que falará em nome deste Poder.

Com a palavra Deputado Osmar Bertoldi.

Deputado Osmar Bertoldi (Democratas)

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, Exmo. Sr. Luiz Nicolau Mader Sunyé, Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, CIEE/PR; Exmo. Sr. Deputado Edgar Bueno, que nesta hora ocupa o cargo de 1º Secretário da Assembléia Legislativa; e Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

É com muita honra que subo a esta tribuna, em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para fazer esta justa homenagem ao CIEE/PR.

(Lê):

“O Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná (CIEE/PR) está completando 40 anos de atividades, período em que se tornou referência na capacitação profissional e na formação cidadã de jovens estudantes, conquistando respeito e reconhecimento dos parceiros - instituições de ensino e empresas.

Desde a sua fundação em 1967, o CIEE/PR, por meio de programas de estágio e cursos de qualificação profissional, preparou para o ingresso no mundo do trabalho dezenas de milhares de paranaenses. Muitos deles ocupam hoje posições de destaque na atividade empresarial, na magistratura, na política, no ensino e em muitos outros campos de ação. Nesse contexto, a instituição

respondeu aos diversos desafios do desenvolvimento paranaense, desde a produção primária da agricultura até as fases mais recentes de expansão industrial e do setor de serviços.

O início

A idéia de criar um centro de capacitação profissional para jovens surgiu a partir da preocupação de um grupo de 72 educadores e empresários locais, cientes da importância da preparação dos estudantes para inserção no mercado de trabalho.

Entre os pioneiros dessa missão, encontramos os ex-Governadores Ney Braga, Pedro Parigot de Souza e Jayme Canet Júnior. Também contribuíram de maneira decisiva para o sucesso da proposta, entidades como a Associação Comercial do Paraná (ACP) e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). A soma desses esforços resultou na criação, em 14 de agosto de 1967, do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná (CIEE/PR), com sede em Curitiba.

Pouco mais de uma década depois, o CIEE/PR passou a atuar também no interior do estado, com a inauguração de unidades em Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Londrina, Maringá, São José dos Pinhais e outras cidades.

Estrutura

Hoje, o CIEE/PR possui 34 escritórios regionais, 12 postos de atendimento em instituições de ensino e mais 4 postos avançados que prestam serviços nos 399 municípios do Paraná.

Em 2006, cerca de 33 mil e 500 estudantes realizaram estágio mensalmente por intermédio do CIEE/PR, média que se mantém nos primeiros meses deste ano.

Além da aprendizagem e da experiência profissional, os programas de estágio propiciaram também o pagamento de cerca de 400 mil bolsas-auxílio aos estudantes, benefício este de grande repercussão social, inclusive no reforço da renda familiar. Não obstante o crescimento do número de estagiários contratados, há ainda uma demanda reprimida da ordem de 100 mil estudantes cadastrados no CIEE/PR aguardando de estágio.

Capacitação e cidadania

O CIEE/PR mantém uma Unidade de Capacitação e Cidadania, responsável pela realização de dezenas de cursos e oficinas para estudantes do ensino médio, principalmente de escolas públicas. No ano passado, perto de 40 mil alunos freqüentaram os diversos cursos, entre os quais Informática Básica, Marketing Pessoal, Noções de Oratória, Dicas de Entrevista e outros que possam melhorar a empregabilidade. Foram disponibilizadas também orientações para a cidadania com oficinas ligadas ao desenvolvimento pessoal, como educação sexual, aumento da auto-estima e prevenção ao uso de drogas.

Reconhecimento público

Diante de todos esses serviços prestados à sociedade paranaense, o CIEE/PR acumulou nestas quatro décadas 28 títulos municipais de utilidade pública. Tem também registro nos Conselhos Municipais dos Direitos

da Criança e do Adolescente de mais de 70 municípios do Paraná.

No ano passado, o CIEE/PR recebeu duas importantes certificações em reconhecimento à responsabilidade social com que atua, consolidando sua condição de empresa socialmente responsável: o selo CASEM, da Associação Comercial do Paraná (ACP), e o selo Empresa Amiga da Criança, da Fundação Abrinq, e agora o Pinhão de Ouro.

Projetos futuros

Em 2007, o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná pretende expandir ainda mais seus programas de estágio e capacitação de jovens. A expectativa é de que, assim como vêm ocorrendo nos últimos anos, amplie o número de estagiários em exercício e o de empresas conveniadas.

‘Vemos 2007 com otimismo, certos de que podemos ampliar nossas atividades em benefício da educação em geral, atendendo principalmente o que mais necessitam’, finaliza Luiz Sunyé.’

Isso tudo vem engrandecer a todos os quadros que fazem do CIEE esse orgulho do nosso estado: os funcionários, os seus Diretores, que colaboraram ao longo desses 40 anos numa trajetória vitoriosa, empregando e dando aquilo que é o maior patrimônio do ser humano, o 1º emprego, o ingresso ao mercado de trabalho, a oportunidade tão falada por tantos que ocupam muitas vezes cargos públicos, pessoas que dirigem entidades e que hoje é um dos maiores desafios da nossa nação e do nosso estado, que é a questão do emprego. O ser humano, um homem com emprego, passa a ser cidadão.

Por isso, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem a honra de prestar esta justa homenagem a todos os seus Diretores, Presidentes e membros que passaram pelo CIEE/PR e que ajudaram a fazer essa história vitoriosa, da qual o estado do Paraná se orgulha.

Muito obrigado e parabéns pelos seus 40 anos.

O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de parabenizar o Deputado Osmar Bertoldi pela feliz iniciativa. Vejo daqui grandes companheiros meus do tempo que lá estive na Federação das Indústrias. Quero fazer coro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao excelente trabalho que faz o CIEE em todo o Paraná.

Infelizmente hoje, aquela pessoa que se apresentava na porta de uma fábrica, que se apresentava no comércio para buscar emprego e dizia que sabia fazer de tudo; hoje não tem mais lugar para esse cidadão. Nós devemos hoje ter profissão, ter qualificação, e o CIEE faz com muita propriedade.

Por isso, mais uma vez, parabéns pelos 40 anos da Casa, parabéns a todos os profissionais que lá passaram, aos Presidentes, Diretores, e aqui parabenizo o Dr. Luiz Nicolau, hoje na presidência desse importante órgão. Mais uma vez, parabéns, Deputado Osmar Bertoldi e à

Assembléia Legislativa pela sensibilidade desta justa homenagem ao CIEE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Neste momento, passamos a assistir ao vídeo institucional dos 40 anos do CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola do Estado do Paraná.

(É feita a apresentação de vídeo).

Realização da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Neste momento, convido o Deputado Osmar Bertoldi, proponente desta homenagem, para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, entregue uma escultura pinhão de ouro para o Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Nicolau Mader Sunyé.

O pinhão de ouro é símbolo maior da Assembléia Legislativa do Paraná entregue às autoridades que nos visitam e merecem as homenagens deste Poder.

(É entregue a escultura ao Presidente do CIEE)

Orador

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Luiz Nicolau Mader Sunyé, Presidente do CIEE Paraná.

Sr. Luiz Nicolau Mader Sunyé

O SR. LUIZ NICOLAU MADER SUNYÉ

Exmo. Sr. Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Edgar Bueno, 1º Secretário; Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária.

As minhas primeiras palavras, Sr. Presidente, são em agradecimento a V. Exa. por haver presidido e dedicado um tempo, nesta Sessão, a render uma homenagem ao Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná. Agradeço, também, a presença dos ilustres Deputados que aqui se encontram e, muito particularmente, ao nobre Deputado Osmar Bertoldi, pela iniciativa de propor esta Sessão em homenagem ao CIEE Paraná.

Há 40 anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um grupo de 72 personalidades paranaenses, entre empresários, educadores, religiosos, políticos, assinava a escritura pública de fundação do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná. Era o 2º ou 3º estado do país a ter um centro de integração visando proporcionar estágios para os estudantes. Apenas São Paulo e Rio de Janeiro já tinham, 2 ou 3 anos antes, criado uma instituição similar àquela que se fazia naquele momento no Paraná. O objetivo era, claramente, proporcionar estágios, ou seja, permitir que estudantes tivessem uma

determinada prática ao lado da formação teórica que obtinham nas instituições de ensino.

O estágio já era então conhecido, usado, praticamente indispensável, como se tornou nos dias de hoje nos países desenvolvidos. Na Europa, nos países da América do Norte, onde raramente se pode ver ou sentir a presença de um estudante que, ao formar-se, não tenha passado por um estágio. A prática em relação à futura profissão, ao trabalho que vai abraçar, é praticamente indispensável. Todo estudante, de uma forma ou de outra, ganhou algum conhecimento prático, tem alguma prática em relação à atividade que vai exercer.

Nesse sentido, é que o Centro de Integração Empresa-Escola, no Paraná, passou a dar uma complementação ao nosso estudo, tradicionalmente livresco, teórico, pouco prático, de tal forma que hoje algumas profissões já têm o estágio dentro do seu currículo como obrigatório e outras carreiras que não têm o estágio como obrigatório, praticamente, na realidade, de fato, tornaram o estágio naturalmente obrigatório. Hoje, já não vemos mais um estudante de Direito, próximo a sua formatura, que não tenha feito estágio. Hoje, algumas profissões, por assim dizer, exigem estágio. Aqueles 72 paranaenses com visão ampla, que procuraram criar o Instituto do Estágio entre nós, basicamente estavam procurando a formação de uma mão-de-obra mais completa, que inclusive lhes assegurasse nos seus empreendimentos empresariais, a qualidade de que necessitam. Desta forma é que se permitiu criar, desenvolver, manter, nos dias de hoje, com segurança, firmeza, solidez, a instituição a qual rendemos homenagem.

Digo isso com total sinceridade, até porque não me sinto elogiando obra minha. Ao contrário, devo dizer que recebi o CIEE pronto e acabado, consolidado. Há apenas 1 ano e pouco estou à frente do CIEE e, entretanto, a sua presença em todo o estado do Paraná, os valores que têm distribuído através dos estágios, através do projeto aprendiz, através dos cursos de capacitação, de curta duração, através do PIB, são formas de formação do nosso estudante. De tal maneira, que melhore a mão-de-obra e em consequência melhore a sua qualidade de vida.

Há pouco, o nosso Deputado dizia que o que firma, faz o cidadão, é o trabalho. Não há forma melhor para encontrarmos o caminho para o emprego, o trabalho, do que o estágio, através do qual o estudante pode demonstrar a sua capacidade, pode provar que é capaz de exercer a sua profissão, com dignidade, certeza e segurança naquilo que está fazendo.

Estamos neste momento, rendendo homenagem ao CIEE, àqueles que fundaram a instituição e àqueles que, gradativamente, foram substituindo os pioneiros, que exerceram o comando da mesma associação por 2, 4, até por 8 anos, com total desprendimento próprio, entregues ao abandono das causas pessoais, em benefício de uma instituição, que acreditavam estar prestando um elevado serviço social.

É esse o valor social do estágio, no qual acreditamos e nos permite acreditar, que no futuro o CIEE permanecerá, crescerá, há de atender um número maior de estudantes, de tal forma que não se repita nos dias de hoje um grande número de estudantes interessados em estagiar e que, entretanto, infelizmente, não encontram oportunidades para o estágio.

Acreditamos no futuro da instituição do estágio e que, brevemente, nos países desenvolvidos, o estágio há de prosperar, crescer, e será também entre nós tão necessário, tão próprio da formação do estudante, como o é nos países mais desenvolvidos. Vemos o estágio como futuro e o CIEE uma instituição que há de perdurar.

Neste momento, estamos aqui, basicamente, para render homenagem àqueles que nos precederam e agradecer uma vez mais a V. Exa., o Sr. Presidente, ao Deputado Osmar Bertoldi e aos demais presentes, a homenagem que prestaram ao Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. RUI HARA (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Aproveitar a oportunidade para parabenizar a Assembléia Legislativa, em nome do Deputado Bertoldi, que teve essa belíssima iniciativa, ao Presidente Luiz Sunyé, todos os Diretores, empresários e as pessoas que estão compondo esta comitiva para receber esta justa homenagem.

Dizer também que ouvi atentamente o que o senhor disse e que o CIEE perdure por muitos e muitos anos.

Fui estagiário, quando na minha adolescência, quando comecei a trabalhar, e tenho uma boa recordação do meu trabalho, à época, na Caixa Econômica Federal, através desta instituição.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Todos os Parlamentares, em nome do Deputado Osmar Bertoldi, tenho certeza absoluta, se somam a esta justa homenagem ao CIEE, que ao longo do tempo ajudou a formar muita gente, a abrir caminhos, enfim, a direcionar a vida profissional de tantos que ajudaram a construir a história do nosso Paraná e do nosso Brasil.

Esta presidência deseja expressar o seu agradecimento, pela presença das autoridades, Gerentes e funcionários do Centro Integração Empresa-Escola do Paraná, e demais convidados que compareceram, honrando o Poder Legislativo do Paraná, nesta justa homenagem proposta pelo Deputado Osmar Bertoldi.

Encerramos a presente homenagem.

(Suspensa a Sessão)

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está reaberta a Sessão.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje venho à tribuna usar da palavra para apresentar às Sras. e Srs. Deputados um dos maiores craques que a região oeste já produziu para este país, que é nada mais, nada menos, que o Capitão - gostaria que o Capitão viesse aqui, para que as pessoas pudessem conhecê-lo - o Capitão foi profissionalizado no time em Cascavel, na época em que eu era Presidente do time. Depois do Cascavel, ele foi para o Portuguesa de Desportos. Do Portuguesa, ele foi para o Japão, fez uma temporada lá. Voltou para o São Paulo e do São Paulo foi para o Grêmio. Depois, retornou ao Portuguesa de Desportos, para encerrar sua carreira no ano passado.

Eis que o Capitão se preparava para retornar à sua região, ou seja, ao município vizinho de Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia. O Capitão, sua família, sua mãe, moram, e morava o Capitão, também, com sua mãe, há 35 anos, em uma propriedade de 11 alqueires. O Capitão, na sua labuta, no seu trabalho, na sua capacidade que Deus lhe deu, foi angariando uns trocos e desses trocos ele foi comprando e ampliando a propriedade da sua mãe, que era de 11 alqueires, e o Capitão, com muita luta e com muito trabalho, conseguiu chegar aos 71 alqueires de área produtiva. Lá ele cria porco, galinha, ovelha, gado de corte e de leite, e ainda faz safras de milho.

Mas, eis que há 1 ano e pouco atrás, baderneiros chamados "representantes do social", não mais do que 15 famílias, não mais do que 33 pessoas, invadiram a área do Capitão. Invadiram. Se fosse uma área de 710 alqueires, improdutivo, tudo bem, eu não estaria fazendo este pronunciamento agora, mas é uma área de 71 alqueires, altamente produtiva, e com sua reserva legal respeitada. E o pior: uma Juíza concedeu liminar, concedeu a reintegração de posse. Ela diz o seguinte: *Ação de reintegração de posse, defiro sem ouvir os requeridos, a medida liminar de reintegração de posse, em decorrência do esbulho noticiado no artigo 926 do CPC, expeça-se mandado de reintegração, que deverá ser cumprido com circunspeção e moderação.*

Autorizo reforço policial, se necessário, devendo a Polícia agir com equilíbrio e moderação. Juíza: Daniela Miola. Em 13 de março de 2007.

Pois bem, senhores, o artigo 5º da Constituição Federal fala do direito de propriedade. O artigo 5º no inciso XXII, diz o seguinte: *É garantido o direito de propriedade.*

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O inciso XXIII diz o seguinte: *A propriedade atenderá a sua função social.* E ela está atendendo, Deputado Elio Rusch, ela produz, é a propriedade de uma família que mora há mais de 35 anos nessa terra. Pois bem, a Constituição Federal ainda diz que se alguém quiser fazer benesses com o chapéu dos outros, que pague. Se o Governo Federal não faz, se o Governo Estadual não faz, e permitem esse barbarismo com as famílias humildes, famílias que lutaram a vida inteira para adquirir um pedacinho de terra, o que vamos fazer com essa Constituição? Ela vale, Deputado Augustinho Zucchi? Ou devemos jogá-la no lixo? Ou as autoridades não respeitam a Constituição? É necessária uma reflexão.

Tenho muita amizade pelos nossos representantes do PT e quero lembrar aqui que nessa questão temos grandes divergências com o PT, porque aí eu lembro do nosso saudoso Leonel Brizola, que sempre defendeu, aliás, foi o primeiro a defender a reforma agrária, mas ele sempre dizia: "100% a favor da reforma agrária, mas 100% contra a invasão estabaneada, grosseira, que muitas pessoas têm feito por aí, mas que muitas delas são protegidas pelo PT."

Olha, quando o Capitão e a sua família chegaram, há 4 meses atrás, e avisaram àquelas 15 famílias que tinham uma reintegração de posse nas mãos, eles zombaram e falaram assim: "Vamos ver se vocês têm cacife para nos tirar daqui, porque nós temos respaldo. Que abuso! Que barbaridade! Mas, onde é que estamos, Srs. Deputados e Sras. Deputadas?"

Concedo um aparte ao Deputado Elio Lino Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Democratas)

Deputado Edgar Bueno, eu que presidi a CPI da Reforma Agrária, aqui no estado do Paraná, presidi a Comissão Especial das Fazendas Invadidas no Oeste do Paraná, ou seja, a Fazenda Syngenta, a Fazenda Boito, e a Fazenda Kelly, em Cascavel, as fazendas que foram invadidas, lamento profundamente que o Governo do Estado não esteja cumprindo a decisão da Justiça.

V. Exa., com muita propriedade, leu o que diz na nossa Constituição Brasileira. Se tem uma coisa sagrada para a pessoa é o direito à propriedade. V. Exa. disse que o saudoso Leonel Brizola era a favor da reforma agrária, mas contra a invasão. Acho que todos nós somos a favor da reforma agrária, o que eu lamento profundamente, Deputado Edgar Bueno e Srs. Deputados que compõem este Parlamento, é que tínhamos no Brasil, Capitão, e o senhor que é conhecido não só no Brasil, mas é conhecido mundialmente pela forma dinâmica que tem defendido as cores dos clubes pelos quais V. Exa. tem passado, lamento profundamente, mas profundamente, porque tínhamos um decreto presidencial, no passado, que proibia uma área invadida ser usada para fins de

reforma agrária. Uma das primeiras atitudes do Governo Federal é não respeitar ou revogar esse decreto.

Então, hoje, na verdade, existe uma anarquia. Uma área de 60, 70 alqueires não é uma área grande, é uma chácara na verdade, uma área altamente produtiva invadida, com uma decisão da Justiça de março de 2007 e o Governo do Estado... 4 meses. A mesma coisa aconteceu com a Fazenda Syngenta.

Não sei o que fazer no estado do Paraná. Se eu tivesse uma área invadida e o Governo estivesse cumprindo paralelamente, entraria imediatamente com uma ação de indenização e quem tem que pagar é o Governo. E o senhor consegue provar todos os seus lucros.

É lamentável o estado que vivemos hoje. Entre aspas, fala-se que são os movimentos sociais. Que movimentos sociais são esses? Nós respeitamos movimentos sociais, todos, e defendemos a reforma agrária, que fique bem claro, mas defendemos o direito à propriedade.

O que não pode acontecer é o que está acontecendo no Paraná, o Governo do Paraná está usando esses movimentos para fins políticos, inclusive incentivando. E ficou comprovado isso com a Fazenda Syngenta, que não é uma fazenda de produção, mas é uma área de pesquisa. É lamentável o que acontece no estado do Paraná, mas acredito, acima de tudo isso, na Justiça, e que se faça na sua propriedade o que a Justiça determinou também com a Fazenda Syngenta: aplica-se multa, não ao Governo do Paraná, mas na pessoa do Governador, para que ele pague do seu próprio bolso.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Tem uma agressão maior ainda. O vizinho do nosso craque Capitão, chamado João dos Angeles, tem uma liminar de reintegração de posse de uma área de 66 alqueires, sabe quanto tempo faz? Faz 1 ano. A do Capitão faz 4 meses, mas do vizinho dele faz 1 ano. E quando o senhor fala, Deputado Elio Rusch, em indenização, me lembra ressaltar aqui, que já desmancharam um galpão dele sem autorização dele, já desmancharam uma casa dele, eles colocam no meio da mata ciliar, que foi preservada por esta família, eles colocam aqueles laços para que os bois, bezerros, vacas, enrosquem o pescoço ali para eles abaterem esses animais. Já foram 7 e vão todas se continuarmos com esse desrespeito aqui no estado do Paraná. Olha, a mãe dele já foi ameaçada. Quando ele chegou na sua propriedade, teve que sair de lá porque foram às 22h00, foram às 24h00, fazer baderna na frente da casa dele com foice, com facão. Aí, sabe o que teve que fazer o dono da propriedade? Pegou a sua família, seus 5 filhos e sua esposa e foram dormir num hotel em Cascavel. Essa é a realidade no Paraná.

Concedo aparte ao Sr. Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido)

Deputado Edgar Bueno, aproveito a oportunidade de cumprimentar esse grande atleta e certamente que esta voz que V. Exa. concede através de V. Exa. ele está

falando, aqui, com o Paraná, um digno representante do povo da cidade de Cascavel e do estado. Também lembro ao grande atleta Capitão, que ele tem lá em Brasília um grande admirador, que foi Presidente do Portuguesa de Desportos de São Paulo, o meu amigo Deputado Federal Arnaldo Farias de Sá. V. Exa. que ficou alguns tempos sob o seu comando, certamente que ele em Brasília também será seu porta voz, para que o Brasil inteiro tome conhecimento do que o Deputado Edgar Bueno está falando ao povo do Paraná.

Cumprimento-lhe, lhe parabenizo, porque eu também frequentei há muitos anos atrás o Canindé e, sinceramente, V. Exa. ficou na história da nossa agremiação, lá no estado de São Paulo.

Obrigado e parabéns a V. Exa., Edgar Bueno, e ao grande atleta do nosso Paraná, do nosso Brasil, o nosso Capitão do Paraná.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Sr. Presidente, gostaria de pedir a algum partido que pudesse me ceder mais tempo. À Liderança do PPS.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não é possível a Liderança do PPS, mas à Liderança da Oposição seria possível, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, fica com a Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem a Liderança da Oposição.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Quero agradecer ao Deputado Rossoni, sei que V. Exa. tinha um pronunciamento muito importante no dia de hoje, mas está cedendo porque esse também é um dos assuntos de grande relevância, de grande reflexão.

Quero agradecer o aparte do Geraldo Cartário e na mesma hora concedo à V. Exa., também, um aparte.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Edgar Bueno, vou procurar nem entrar na questão social. Falar da questão social, da questão dos movimentos, ela é óbvia, todos somos favoráveis.

Agora, imagino olhando aqui, nesse cidadão, está aqui junto com V. Exa., eu só posso imaginar, e não é só a situação dele, do Capitão, que está aqui, porque há dezenas de casos desses no Paraná.

Imagino, e sempre tenho dito isto aqui, e as pessoas acham que já é radicalismo da minha parte, você pode acreditar que o Governador ao olhar para um cidadão como este que está aqui na nossa frente, cidadão brasileiro, cidadão paranaense, não possa se sensibilizar com esse problema. Aí não é a questão social, porque se

V. Exa. estivesse trazendo aqui um engravatadinho, um homem de 500 mil alqueires de terra, mas V. Exa. está trazendo uma pessoa de 70 alqueires, V. Exa. está trazendo um cidadão que viajou ao mundo, abandonou a sua família para buscar esses recursos para comprar essa terra.

Capitão, Deputado Edgar Bueno, aí é que às vezes eu faço as minhas críticas aos aliados do Governador. Será que o Governador tem conhecimento, ou o temor não deixa essas notícias chegarem ao Governador? Eu ainda, como seu opositor, quero acreditar que essas notícias não chegam ao Governador, por esta razão, Deputado Edgar Bueno, muitas vezes aqui eu disse: se os seus parceiros, os seus companheiros políticos não têm coragem de levar esta situação e outras situações que acontecem no Paraná, nos permitam que a oposição leve, com respeito, com educação, mas com a sensibilidade social que devemos ter neste momento, vivendo nesta situação.

Quero cumprimentar V. Exa. De V. Exa. não poderíamos esperar outra atitude, porque V. Exa. goza neste Plenário, nesta Casa, de grande respeito e esta atitude que V. Exa. está tendo aqui, talvez faça com que aqueles que através do discurso fácil, acham soluções para os seus problemas políticos, em cima dos problemas sociais.

Muito obrigado, Deputado Edgar Bueno, parabéns pelo assunto e pela questão que V. Exa. defende e traz neste momento a esta Casa.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni. O seu pronunciamento me faz imaginar que é possível que os aliados do Governador não tenham levado esta notícia para ele mesmo. Se isto é verdade, os aliados acabam afundando o Governador, criando um problema administrativo para o Governador.

O Governador é um homem sensível, ele já foi Deputado Estadual, foi Deputado Federal, foi Senador, foi Prefeito, 3 vezes Governador, isso quer dizer que tem que ter qualidades. Mas neste momento, o Paraná está mal orientado. Neste momento nos somamos ao eco da palavra da Oposição, para que possa repercutir lá no Palácio, para que o Governador, com a sua sensibilidade de um homem público, possa começar a atender essas mazelas, essas agressões, essas coisas que acontecem no nosso Paraná, neste estado que tem fama aí pelo Brasil de cumprir a sua Constituição.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

Deputado Edgar Bueno, quero me somar ao seu pronunciamento e acho que a defesa que V. Exa. faz neste momento de um cidadão da sua região, acima de tudo, é de uma grandeza extraordinária.

Vou mais além. Ouvia a manifestação do Deputado Valdir Rossoni, quando ele colocava, com muita propriedade, o cidadão Capitão. Eu estive presente, Deputado Edgar Bueno, e V. Exa. também esteve em uma solenidade no município de Capitão Leônidas Marques, quando

representávamos politicamente a administração na época e que concedia um título de Cidadão Honorário ao Capitão. Já tive naquela solenidade de outorga desse título o orgulho que a gente de Capitão Leônidas Marques tem pelo Capitão. Homem do interior do oeste do Paraná, humilde, que cresceu e teve a oportunidade de jogar em um dos maiores times do futebol brasileiro e foi ao exterior. Escreveu uma história maravilhosa e é um vencedor.

Não consigo conceber a leitura que esses movimentos sociais têm de se voltar contra aqueles que tiveram a mesma origem, que nasceram humildes e se tornaram vencedores. Procurem outros grandes latifundiários neste país para fazer esse tipo de agressão, e não um cidadão como o Capitão, que começou numa cidade pequena, com apenas 11 alqueires de terra e se tornou um vencedor. Adquiriu um pouco de recursos e investiu na sua cidade, protegeu a sua família e hoje está sendo afrontado pelas maiores autoridades deste estado, sem o devido respeito que ele merece.

Capitão, conte com o apoio deste Parlamento. Com certeza a voz do Deputado Edgar Bueno, manifestada neste instante, haverá de ecoar no Palácio Iguazu. O Líder do Governo que aqui está, quero crer que pela sua sensibilidade haverá de pronto tomar a iniciativa e comunicar ao Governador. Não podemos concordar com uma agressão tão forte como essa que está acontecendo contra a sua pessoa e à sua família, até porque o senhor é parte da história do Paraná, nasceu em berço humilde e pobre, é um vencedor, não tem grandes riquezas, mas tem um patrimônio, com certeza, invejável, que eu conheci de perto a educação que os seus pais lhe deram e os investimentos que fez, ganhando no Brasil e no mundo, e trazendo para a sua região.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito obrigado, Deputado Traiano. Muito bem lembrado o título de Cidadão Honorário, que já tinha até esquecido.

Passo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Na verdade, não sei quem foi que invadiu as terras do Capitão, foram os sem-terra? Quem é que invadiu as terras do Capitão?

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Se tem uma bandeira lá - MST - e usam até indevidamente, que é uma organização respeitada, porque na minha visão não passam de baderneiros, não passam de agressores.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

E o Capitão está com uma liminar.

Queria me somar a V. Exa. e lhe cumprimentar pelo seu pronunciamento. V. Exa. foi muito feliz em trazer o Capitão aqui. Primeiro, porque faz parte, como disse bem o Deputado Traiano e o Deputado Cartário, faz

parte da história do Paraná. E as pessoas que fazem história devem ser respeitadas por aqueles que governam o Paraná, hoje. Queria fazer um apelo ao nosso Líder do Governo, Deputado Romanelli, que neste momento o Governo tomasse uma providência, porque é uma falta de vergonha o que está se fazendo no Paraná.

Um cidadão que trabalhou, um cidadão que vem de uma cidade simples, teve a capacidade e a dignidade de subir no futebol e conhecemos a sua vida, se fez pela sua dignidade, conseguiu comprar uma terrinha para o final da sua carreira - e são poucos jogadores que têm cabeça para fazer isso - mantém-se humilde e hoje se obriga a vir à Assembléia do Paraná para exigir um direito que está na lei e que é uma falta de vergonha. Uma pena que esta Casa tenha culpa, porque senão pediríamos a intervenção do estado do Paraná e acabávamos com esses desmandos que estamos vendo em terras que são produtivas. Mas, nós também temos culpa, porque se entrar aqui um pedido de intervenção do Paraná, votamos contra e também temos que ser favoráveis para acabar esses desmandos que estão no estado do Paraná.

Meu voto de solidariedade ao Capitão! Capitão, é uma pena o que estamos passando neste momento, pois nesse seu caso está faltando um Capitão no Paraná!

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Deputado Pugliesi, sinto-me impotente nessa situação, porque conheço as razões do Capitão, da sua família, da sua história, de 35 anos de vida em cima de uma propriedade. Sou Deputado Estadual, estou constituído Deputado, mas infelizmente não tenho forças para ajudar este nosso vizinho, porque não cumprem a liminar.

O Elio Rusch falou da Syngenta, e o que fizeram com a Syngenta é o maior barbarismo da história que eu já vi. Depredaram! A Syngenta era uma pequena área toda cercada de tela. Pois entraram lá, acabaram com os laboratórios, arrebentaram as salas que existiam e depredaram. Aquilo lá ficou em cavacos e se um dia os senhores quiserem, posso trazer o filme para mostrar para vocês o que fizeram com a Syngenta e o que estão fazendo, porque se o Capitão fizesse o que estão fazendo na propriedade dele, ele já estaria preso - se derrubasse as árvores que estão derrubando, encostasse os caminhões e levasse, o IBAMA ou o IAP já tinham colocado as algemas, Capitão, e o senhor estaria preso, porque o senhor não pode descumprir a lei, mas esses baderneiros que estão protegidos por forças políticas muito fortes vão fazer isso com a nossa sociedade.

Então, quero agradecer e pedir desculpas, Capitão, pela minha insuficiência, pela minha impotência de poder resolver o seu problema, mas fica aqui o eco e espero que as pessoas ligadas ao Governador Roberto Requião, por quem tenho muito respeito, possam levar esta mensagem e dizer a ele que cumpra com aquilo que está estabelecido na Constituição e com o que a Justiça determinou que se fizesse.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje assisti na Escola de Governo uma brilhante palestra do Bispo Emérito de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, sobre segurança alimentar.

Segundo Dom Mauro, temos que lutar por uma sociedade livre da miséria e da fome, com crianças alimentadas e saudáveis.

Disse ele que quando jovem era contra muitas coisas.

À medida que foi amadurecendo, passou a ser a favor de poucas coisas.

E hoje, passados alguns anos, é a favor de apenas uma coisa: as crianças.

Este assunto veio de encontro ao tema que debati aqui na semana passada.

Utilizei a tribuna para falar sobre educação integral e sobre o seminário regional que seria realizado em Paranavaí. É com grande satisfação que venho dizer do grande sucesso que foi o seminário.

Contamos com a presença do Presidente da APP-Sindicato, professor José Rodrigues Lemos e também do Prefeito de Apucarana, Padre Valter Pegorer.

Compareceram ao evento Prefeitos, Secretários Municipais de Educação, Coordenadores Pedagógicos e outras pessoas ligadas também à educação.

O Prefeito Padre Valter explanou sobre o trabalho que ele vem desenvolvendo em Apucarana desde o ano de 2001, quando as escolas municipais de ensino fundamental de Apucarana passaram a oferecer a educação em tempo integral.

Apenas uma escola ficou funcionando em um único período como opção aos alunos que já estavam comprometidos com outras atividades, no outro período.

Quando o Prefeito decidiu pela implantação desse regime em todas as escolas de uma só vez, o Secretário da Educação quase teve um infarto. Ele jamais imaginava que isto seria possível.

Por isso, o Prefeito teve que ser muito firme e convencê-lo de que este seria o grande desafio de sua gestão. O Prefeito Padre Valter fez questão de afirmar que a educação integral já não é apenas um sonho ou desafio. Trata-se de uma obsessão.

Ele acredita que somente a educação poderá fazer as grandes transformações, promovendo a verdadeira cidadania e a inclusão social.

Quando questionado sobre falta de recursos e também das instalações físicas para a implementação do programa, ele foi enfático: depende mais da vontade política e também do envolvimento da comunidade.

Quando ele iniciou este trabalho em Apucarana, não dispunha de todos os recursos e de todas as instalações necessárias. Então, foi em busca de parcerias, fez um levantamento de locais disponíveis e daí surgiram soluções nos espaços do SESI, SENAI, igrejas, clubes de serviços, etc.

Até hoje ele não conseguiu todas as condições ideais como gostaria, porém a educação integral está em curso. Com isto já foi reduzido o índice de repetência e da evasão escolar.

Segundo o Padre Valter, não existe meninos de rua, e hoje as famílias reconhecem as vantagens e benefícios que a educação integral oferece a seus filhos.

Quanto ao investimento, é da ordem de 32% do orçamento, ou seja, apenas 7% a mais do que todos os municípios são obrigados a investir na educação.

Atualmente, o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Apucarana é de 4,6, portanto acima da média nacional que é de 3,8. Para 2007, o objetivo é fechar o ano com o IDEB de 5,3 e em 2008 atingir 6,6.

É claro que para atingir esses objetivos é necessário o envolvimento dos professores. O reconhecimento e um plano de carreira compatível são fundamentais para o sucesso.

Já o professor Lemos, em sua fala no seminário, lembrou que a educação integral trará grandes avanços à educação e se colocou à disposição para apoiar próximos eventos.

A educação integral é o grande sonho de todos nós. Como o dito popular: *Um sonho quando se sonha sozinho é apenas um sonho, mas quando é sonhado em conjunto passa a se tornar realidade*. Por isso, gostaria que este sonho fosse compartilhado por todas as lideranças, Deputados, Governadores e principalmente Prefeitos.

Este sonho somente será concretizado a partir do momento que todos se conscientizarem de que a educação é o início de tudo para que possamos transformar este país.

Se tivermos educação com qualidade, com certeza teremos menos problemas na área da saúde.

Se tivermos educação integral, teremos menos problemas com a criminalidade e, portanto mais segurança.

Se tivermos mais educação, teremos mais emprego e desenvolvimento econômico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A cada debate sobre este assunto mais fortaleço a convicção de que estamos no rumo correto.

Não é exagero ratificar que a educação é o grande caminho para combatermos a violência, o desemprego, o problema das drogas e dar o mínimo de esperança e dignidade à parcela da população que mais precisa do nosso apoio.

Obrigado!"

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (Sem Partido)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A preocupação da região sul do Paraná, compreendendo da CEASA até Rio Negro, é muito grande.

Há poucos dias atrás, aqui passou um projeto de autoria dos Deputados Luiz Malucelli e Nelson Justus, que tinha por objetivo impedir, pelo menos alertar e contrariar, aquilo que já se propaga, que seria uma praça de pedágio em Garuva.

O povo de Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Campo Tenente, Rio Negro representa hoje no Paraná a região mais empobrecida.

Empobrecida não pelo espírito do povo, não pelo trabalho de seu povo, não pelo seu passado histórico, mas empobrecida há muitos anos por falta de investimentos públicos.

O maior investimento foi no grande Governo de Paulo Pimentel. Foi ele o grande Governador, apesar dele ser paulista, apesar de ser do Norte do estado, encarou como grande desafio de levar a energia elétrica, o telefone aos municípios do sul do Paraná.

Agora, no Governo de Jaime Lerner houve um outro investimento. O grande investimento, não com dinheiro público, mas facilitado para que ali chegasse, no município de Piên, a empresa que, além de empregos, ainda contribui com uma grande parcela dos impostos pela madeira que dali extrai, que é a Tafisa.

Um outro investimento foi, precisamente em Governos anteriores, a implantação da Souza Cruz. Aliás, é a maior fonte de renda, hoje, na região sul do Paraná. Precisamente nessa região, a Souza Cruz, que hoje todos combatem a matéria prima que é o fumo, inclusive eu que não fumo e que procuro aconselhar a todos os meus amigos que não fumem, mas, no entanto, o Elio Rusch conhece muito bem Rio Negro, ali também disputa seu voto e sabe que a grande indústria que existe é apenas a Souza Cruz. Lá do outro lado do Rio Negro está a cidade de Mafra, constantemente se industrializando.

Sr. Presidente, em 1993, nesta Casa, eu e outros companheiros aqui presentes, que já eram Deputados naquela época, aprovamos um projeto a S. Exa., o Governador Roberto Requião, que lhe permitiu alienar o patrimônio, o espólio da SANEPAR, e com esse dinheiro concluir a duplicação da rodovia de São José dos Pinhais até a cidade de Garuva. Logicamente que o povo de Santa Catarina aplaudiu o Governador. Todos sabem que recebeu, inclusive, um título de cidadão honorário no estado de Santa Catarina. Ele transformou a cidade de Joinville no grande pólo industrial do estado. Transformou ainda os Portos de São Francisco e Itajaí em portos competitivos, porque existe a duplicação da rodovia Curitiba até Garuva.

Hoje, o povo de Rio Negro, apreensivo por falta de investimentos do Governo do estado, está prestes a

receber um “presente de grego” que é, precisamente, uma praça de pedágio nessa região mais empobrecida do nosso sul do Paraná. Faço um apelo aos Srs. Deputados para que o projeto que apresento, a exemplo do projeto apresentado pelo Malucelli e pelo Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, para que não seja implantado na Fazenda Rio Grande, nem em Madirituba, nem em Campo do Tenente, nem em Quitandinha e nem em Rio Negro esse investimento, que é avesso ao investimento que o Governador Requião levou para Garuva e para a região de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No início deste ano, eu levantei a questão do transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana. Pedi que a COMEC tomasse alguma posição em relação à integração das linhas, à democratização da gestão, que abrisse uma discussão sobre o transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana. Porque o convênio que transfere o gerenciamento deste transporte, que é de competência do Governo do Estado quando se trata de transporte intermunicipal, esse convênio que a COMEC transfere para a URBS Gerenciamento vence agora em setembro e não estou vendo nenhum movimento no sentido de mudar, de que haja algum tipo de mudança no gerenciamento do sistema.

Vejo com preocupação os fatos que tem acontecido, as reclamações dos usuários, as recentes denúncias de possíveis desvios de dinheiro, de verbas da URBS, enfim nós Deputados, principalmente os Deputados da região metropolitana, Deputada Rosane Ferreira, Deputada Beti Pavin, nós devemos criar algum instrumento de discussão para que não chegue setembro, final de setembro, simplesmente seja aditivado mais uma vez esse convênio.

Antigamente, um usuário quando tinha uma reclamação, ou uma associação de moradores, ele se dirigia diretamente à empresa para poder solicitar uma mudança de itinerário, uma mudança de ponto de ônibus, ou ele ia até a prefeitura ou a COMEC para fazer as suas reivindicações.

No Período em que o mando político do estado e da Prefeitura de Curitiba estavam alinhados, houve um desmonte da COMEC e toda atribuição de gerenciamento do transporte coletivo de Curitiba e da região metropolitana foi passado para as mãos da URBS. Durante um período, esse gerenciamento funcionou bem com aperfeiçoamentos constantes, mas de uns tempos para cá as reclamações são inúmeras, de superlotação, de falta de

transparência e principalmente, porque os municípios da região metropolitana não têm nenhuma participação para poder opinar sobre o sistema.

Um Prefeito da região metropolitana, ele não têm autoridade nem para mudar um ponto de ônibus porque tudo está sob o comando da URBS. Pior ainda aos usuários, que só resta reclamar.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Então, não podemos permitir que simplesmente assinem o novo aditivo sem que haja uma discussão mais ampla, sem que os municípios da região metropolitana tenham algum canal ou participem de alguma forma que possam dar as suas sugestões, que possam trazer as demandas de seus municípios e, que sejam realmente atendidos os pedidos dos municípios. Queremos que o transporte coletivo funcione bem em Curitiba e também na região metropolitana. Queremos um transporte eficiente.

O que acho estranho é que está se discutindo, na Câmara Municipal de Curitiba, um projeto de lei para licitar as linhas de ônibus. São mais de quatrocentas linhas. Só que não são apenas linhas que fazem parte de Curitiba. São linhas da região metropolitana, inclusive linhas que não estão integradas. O que acho um absurdo. A URBS, uma empresa de Curitiba, gerenciar o transporte, fazer uma licitação não só para as linhas de Curitiba, mas também para as linhas da região metropolitana e inclusive as linhas que não são integradas, onde o ônibus pega o passageiro de um determinado município e deixa simplesmente em um ponto aqui na capital. Essas linhas podem muito bem ser licitadas pelo Governo do Estado, pela COMEC. Infelizmente, a COMEC foi desmontada naquele período onde o mando político era o mesmo, tanto do Governo do Estado quanto da Prefeitura de Curitiba.

Defendo uma reestruturação da COMEC para que ela passe a assumir mais as suas responsabilidades em relação à região metropolitana, porque não podemos presenciar a discussão de um projeto de lei aqui na Câmara Municipal de Curitiba, onde sabemos que os interesses do transporte coletivo são muito fortes e o lobby é muito grande e não acompanhamos qual o município, qual o Prefeito, qual o Deputado, o Vereador ou a associação que foi chamada para discutir essa questão da licitação. Ninguém foi chamado. As coisas estão acontecendo e os municípios da região metropolitana estão alheios a esta discussão.

Conclamo os Deputados, principalmente, da região metropolitana, para que tomemos algum tipo de providência em relação a isso, para que possamos fazer uma discussão, para democratizar esse processo, para que o transporte coletivo, o gerenciamento, seja mais transparente e haja uma maior participação dos municípios da região metropolitana, naquilo que interessa a seus moradores.

Quero fazer um comentário e pedir aos Deputados - não lembro quais são os Deputados que fazem parte da comissão, que foi criada para discutir o pedágio no Paraná. Fui procurado pelos comerciantes que têm o seu comércio, às margens da BR-277, entre Curitiba e Paranaguá. Eles estão reclamando que a ECOVIA está fazendo modificações nas margens da rodovia e está prejudicando os comerciantes. Eles não têm para quem recorrer, porque a ECOVIA não discute e evita conversar com os comerciantes.

A ECOVIA vai lá, planeja uma mureta de concreto na entrada de um comércio e dificulta o acesso dos veículos, principalmente dos caminhões, para que eles possam chegar até os comerciantes. Há comerciantes de 30, 40 anos, que estão percebendo, agora, que aos poucos a ECOVIA está limitando às suas entradas, de forma que os caminhoneiros já não tem mais como entrar com os seus caminhões no pátio dos comércios, prejudicando os comerciantes. E, conseqüentemente prejudicando também os pequenos produtores do litoral.

Promovi uma reunião no DER solicitando para que ele tome providência em relação a isso. Porque é da política do Governador do Estado do Paraná atender, privilegiar e defender os pequenos produtores e pequenos comerciantes. Não podemos permitir que uma empresa, que administra o pedágio de forma arbitrária prejudique os pequenos comerciantes, ali, nas margens da rodovia da Serra do Mar.

Quero solicitar aos Deputados da Comissão Especial, que em se fazendo a reunião - não tenho conhecimento que tenha havido alguma reunião desta comissão - incluam na discussão também essa preocupação dos pequenos produtores e pequenos comerciantes às margens da rodovia 277.

Aproveito a oportunidade para comunicar e convidar os Deputados e as Deputadas para participar da discussão, que o Ministro da Justiça Tarso Genro estará visitando o Paraná, na sexta-feira, pela manhã, das dez ao meio-dia e o assunto é Plano de Segurança Pública nas regiões metropolitanas e, por felicidade minha, ele estará no município de Pinhais, na Câmara de Vereadores, para fazer uma palestra sobre este assunto - uma programação organizada pela ASSO-MEC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. DR. BATISTA (PMN)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Eu gostaria de registrar a presença do João Teodoro, Presidente do PMN, Borrazópolis, João Cândido Ferreira, que se fazem presentes, aqui, nos visitando nesta tarde de hoje, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado, a pedido do nosso eminente Deputado Dr. Batista.

Muito obrigado pela presença dos ilustres visitantes.

Concedo a palavra ao Pastor Edson Praczyk, que fará o uso do Pequeno Expediente e do Horário do Bloco. V. Exa. tem quinze minutos.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, inicialmente, para fazer registro da visita de duas figuras importantes do mundo da informática, o Sr. Gilmar Silva, que é Diretor da ODF Alliance, que é uma organização que propaga a adoção dos padrões ODF nas documentações públicas, e o Sr. José Menezes, representante da IBM, mais propriamente o setor de relações governamentais, que em visita ao estado do Paraná fizeram questão de me visitar em meu gabinete.

Passo a fazer um comentário e endossar as palavras de um Deputado Petista, o Paulo Teixeira, de São Paulo, que, junto com outros Parlamentares pelo país e outros cidadãos por todo o estado paranaense, brasileiro, toda a América Latina e, por que não dizer, mundialmente se somam e somam-se em esforços pela utilização de padrões na documentação de documentos de informática, o chamado ODF.

Não vou ler o pronunciamento na íntegra, até porque é muito extenso, Srs. Deputados, mas fiz alguns apontamentos onde o Parlamentar citado fala sobre a ODF, que é uma forma, na visão dele e também na minha, de garantir que todos os documentos que circulam na internet, do seu computador para o meu, do Governador para o Secretário, e assim sucessivamente, de textos, planilhas, possam ser abertos em qualquer produto, em qualquer plataforma, não apenas no presente, mas no futuro também. E já, já, vou explicar para V. Exas. o quanto isso é relevante para nós enquanto Parlamentares e para a sociedade comum como um todo. Ele falou também que dos pontos positivos de se adotar um padrão na troca de documentações, Deputado Valdir Rossoni, ele falou sobre a interoperabilidade dos documentos. Ou seja, você receber, por exemplo, a agenda do Governador, os Deputados da Situação, e você ter a certeza de que você vai abrir essa agenda sem ter a dificuldade de não ter aquele aplicativo ou aquele software único que abriria a agenda daquela autoridade em questão, por exemplo, o Governador.

Quando um documento transita de um órgão público para outro e o mesmo não é aberto com facilidade,

isso requer mais tempo e conseqüentemente recursos do Governo para se munir todos os órgãos públicos de “enes” programas de computação apenas para se ler um documento, uma agenda, uma planilha, um comunicado. E lá se vai o erário, sendo muitas vezes sobrecarregado de despesas que poderiam ser muito bem economizadas e aplicadas inteligentemente em outras áreas.

Ele também fala sobre o que ele chamou de golpe da maioria da Microsoft na criação de um segundo padrão chamado OpenXML. E ele, muito inteligentemente, esse Deputado de São Paulo, fala que quando se apercebeu que no mundo, internacionalmente, se adota o padrão ODF para a troca de documentos, que a Microsoft, para não perder terreno, tem forçado a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, que vote apresentando esse padrão da Microsoft como um segundo padrão a ser adotado, usado pelas organizações brasileiras, principalmente governamentais.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Então, ele fala sobre o perigo, que é um golpe com a finalidade de tolher a real intenção da padronização de documentos. Ele fala também que no dia 02 de setembro próximo, a ABNT estará fazendo o seu voto internacional. Só a ABNT pode fazer esse voto, que vai ser oriundo do consenso de várias entidades representadas no dia 2 e que, num consenso, decidirão se devem ou não adotar um segundo padrão. Já vou explicar para V. Exas. o quanto isso é importante para nós e para a sociedade. E passo a ler, na íntegra, o desfecho do pronunciamento do Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo.

(Lê):

“No Governo Lula, O Brasil tornou-se referência mundial na defesa e uso do software livre e aberto. Simbolicamente, nosso país não pode retroagir, pois a filosofia do compartilhamento do conhecimento é a mesma. Precisamos manter nossa posição defendida na Cúpula da Sociedade da Informação, em Genebra. As outras nações olham para nós, e esperam que nosso voto, na ISO em 2 de setembro, seja não com comentários”.

Então, fazendo uso da minha prerrogativa como Parlamentar, me solidarizo a iniciativa do colega de São Paulo, embora não seja do meu partido, mas a intenção dele, assim como a minha, não deve limitar-se a essa ou aquela sigla. Faço o registro de que concordo que o voto neste dia deve ser não com comentários, para que os nossos colegas não venham dizer. “Lá vem o Pastor, falar novamente de software livre”. Não trata-se de software livre, uma das bandeiras que eu defendo, muito embora, graças à lei de nossa autoria do software livre, o estado do Paraná economizou mais de R\$ 100 milhões até a metade do ano passado, graças à proposição de nossa autoria. E pode, com essa economia, utilizar em outras áreas.

Mas, falando de padronização, para que V. Exas. entendam isso, é inaceitável que o Governo seja obrigado a adquirir produtos, e em farta quantidade, para poder ler mensagens, ler textos, ler documentos. Documentos que são obrigatoriamente conduzidos de uma para outra esfera governamental. Isso gera despesas e conseqüentemente recursos que faltarão em outras áreas, áreas de educação, áreas de saúde, áreas de segurança. Tanta insegurança e não se tem dinheiro para se contratar mais policiais, para se investir em saúde, e por aí afora. Dinheiro que poderia estar sendo economizado graças a uma atitude simples como esta de padronização de documentos, o ODF em questão, que a comunidade internacional entende que seria a saída para se economizar fortunas, milhões e milhões em todas as esferas governamentais.

Quem é que aqui já não teve a experiência de ligar um equipamento de voltagem 110 e ligá-lo em uma tomada 220? O resultado é trágico! E ainda que o equipamento tenha bi-voltagem, nem sempre a pessoa se lembra de trocar o botão da voltagem e lá vai o equipamento para o bebelê. É mais ou menos assim a falta de padronização dos documentos. Toda uma Secretaria de Estado que se utiliza, por exemplo, de um software de agenda, agenda que tem que ser compartilhada com os outros e que muitas vezes o órgão receptor não tem a ferramenta adequada para ler aquele documento, e até uma questão de estratégia, preciso saber onde está aquele Secretário, onde estará o Governador, em que município, não tenho o documento, aí retorna para o Governo, não consegui abrir o documento, leva-se dias, leva-se semanas, e informação é poder. Ninguém melhor do que nós para sabermos disso.

Outro exemplo muito típico de padronização é no que diz respeito ao acervo de documentos que um estado, um órgão, tem obrigação de conservar. Falamos muito do apagão aéreo, o documento de um boeing, segundo pesquisa feita por minha assessoria, obrigatoriamente por órgãos governamentais que exigem isso, devem ser conservados por mais de 30 anos.

Se V. Exa., Deputada Beti Pavin, tentar abrir um documento de 30 anos atrás era totalmente diferente da de hoje, certamente V. Exa. não terá o programa de computação adequado para ler aquele documento, que ficará inutilizado.

Daí a razão de se adotar padrões únicos para todas as entidades governamentais, para que com isso se economize uma fortuna que, conseqüentemente, poderá ser aplicada naquilo que mais prioritariamente se tem necessidade de ser aplicada.

A história nos ensina que houve, mais ou menos 600 ou 650 anos antes de Cristo, uma biblioteca conhecida como Biblioteca de Alexandria. A história afirma que essa biblioteca possivelmente tinha um acervo de mais de 1 milhão de documentos. Documentos, não todos, mas na sua maioria, armazenados em papiros, que

são os ancestrais do papel e que lamentavelmente, por causa de um incêndio, de uma fatalidade, perdeu-se todo esse acervo. Havia ali registro de dados de remédio, médicos, astronomia, matemática, grandes pensadores, Pitágoras, etc., tinham documentações ali. Tudo isso se perdeu e com isso a humanidade perdeu todo esse acervo.

Ora, posso assim dizer se comparado fosse à nossa proposta, porque sou autor da utilização da ODF do nosso estado, para que o Paraná possa tornar-se pioneiro nessa adoção e conseqüentemente venha ecoar por todo o país. Podemos dizer que a Biblioteca de Alexandria foi a pioneira no formato de documentação aberta, porque se chegava lá e se tinha acesso a todos esses documentos, sem restrições.

Olha, esta é a proposta que este Parlamentar faz de somar-se a este movimento internacional e dar através do Legislativo Estadual, a nossa parcela de contribuição para que esse formato, esse padrão torne-se utilizado na prática pelo Governo do Estado, e assim possamos todos, a sociedade toda, ganhar em economia.

Posso ir mais além: podemos falar no hieróglifo, aquela escrita muito antiga dos egípcios. Escrita essa que manteve durante séculos como uma incógnita, como um grande mistério, até que Napoleão Bonaparte descobriu, por acidente, a chamada Pedra de Roseta, que por causa de inscrições em três línguas: o grego, o egípcio antigo e o próprio hieróglifo, conseguiram traduzir aqueles escritos antigos.

Ora, até dado momento, todo conteúdo daquela informação era desconhecido e com isso a sociedade perdia. Hoje, no presente século, não é diferente, porque quando se há troca de documentações, troca de arquivos pela internet, apesar de toda essa tecnologia avançada que o mundo agregou, este mundo globalizado, de nada serve toda essa facilidade se não existir facilidade de troca de informações. Para mim, para V. Exa., para os senhores talvez não signifique nada, mas para o Governo significa tudo. Significa a aquisição de equipamentos e, principalmente, de programas de computador caríssimos, que acabam onerando o estado e conseqüentemente fazendo um grande rombo no orçamento do estado.

Volto a repetir Srs. Deputados, me solidarizo ao pronunciamento do colega do PT de São Paulo, Deputado Paulo Teixeira, e já peço antecipadamente o apoio a V. Exas. sobre a importância de adotarmos o padrão UDF no nosso estado, não apenas para nos tornarmos pioneiros nessa idéia, mas para desencadearmos economia aos cofres públicos do nosso estado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No Horário das Lideranças, PTB.

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vou falar sobre o tema saúde e tem acontecido uns fatos que queremos chamar a atenção desta Casa, e estamos estudando a possibilidade, Dr. Batista, Dr. Cheida, nossos médicos aqui desta Casa, a nossa Deputada Rosane que é técnica nessa área também, a questão das ambulâncias, o fato de hoje termos ambulâncias transportando pacientes sem um técnico ao lado, somente com um motorista.

Ainda ontem tivemos o pronunciamento de uma pessoa em Ponta Grossa, dando conta que as ambulâncias de Ponta Grossa estão andando só com o motorista, para criar aquilo que as prefeituras costumam chamar de superávit financeiro. Para criar o superávit tem que diminuir os gastos, e daí se tira o maqueiro ou se tira o auxiliar de enfermagem que vai ao lado do paciente.

E têm acontecido uns casos, e o que me estranha muito é o fato de que o motorista da ambulância se obriga a parar a ambulância para socorrer uma pessoa, porque está sozinha aquela pessoa atrás, na maca, passando mal, e o motorista, esta semana eu tive uma reclamação lá na Palmeirinha em Ponta Grossa, de que o motorista, ao sair do pronto-socorro principal para ir para o Hospital Bom Jesus, que é um curto espaço de tempo com ambulância e sirene aberta, é questão de 5 a 7 minutos e ele se viu obrigado a parar a ambulância para poder atender uma pessoa que estava sozinha, passando mal.

Não sei se legalmente, até porque cria cargos e mexe no orçamento e não somos permitidos a aumentar o orçamento, mexer na questão financeira, mas penso numa lei que obrigue todas as prefeituras do Paraná a serem rigorosamente obrigadas a terem, pelo menos, 1 maqueiro numa ambulância, porque acho que deva existir alguma lei nesse sentido. Perguntei ao Dr. Batista, aos demais médicos aqui, porque não é justo que uma cidade queira fazer um superávit, diminuir as despesas a custo de transportar pessoas sem o auxiliar de enfermagem, que muitas vezes pode até salvar uma pessoa se tiver os devidos equipamentos na ambulância.

Hoje, nessa questão de saúde, gostaria de fazer um pedido, se não puder ser um projeto de lei e se for inconstitucional - e eu não costumo fazer projetos inconstitucionais, até para não trazer problemas a esta Casa - vou propor uma indicação que o estado proponha uma lei que seja obrigado em todas as ambulâncias, principalmente aquelas amarelinhas da SESA, que elas têm que ter, pelo menos 1 maqueiro, hoje, para economia.

Por exemplo, em Ponta Grossa não está se usando maqueiro. É uma falta de respeito para com a pessoa, é uma falta de respeito para com o próprio motorista, que às vezes vai preocupado. Ele tem que estar abrindo o sinal, está preocupado com o trânsito, está com a sirene aberta, com o giroflex ligado, está abrindo o caminho

para chegar ao hospital, que a pessoa não está legal. E aí ele tem que se preocupar com a pessoa que está lá atrás, porque não tem um maqueiro ou um auxiliar de enfermagem acompanhando. Quer dizer, acho que isto não é justo, e acho que isto está acontecendo, hoje, em Ponta Grossa. Temos testemunhas, pessoas já deram seu testemunho. Neste final de semana teve mais 1 caso. Eu já fui testemunha de ter que levar um Vereador de Ponta Grossa, o Vereador Baixinho, para o hospital, e não tinha maqueiro. Foi empurrado goela baixo, como se diz.

Então, não acho justo e gostaria de fazer esta colocação, hoje. A ambulância é importante? É importante, sim! As ambulâncias são importantes, sem dúvida nenhuma! As cidades que têm ambulância - todas as cidades receberam ambulâncias, elas são boas - mas, é preciso, também, ter as equipes. Às vezes tem um monte de cargo em comissão nas prefeituras, que não servem para nada, e deixa-se de lado um maqueiro, deixa-se de lado alguém treinado.

Eu me recordo que, quando Prefeito, fizemos com todos os maqueiros do pronto-socorro, fizemos aqueles exercícios, aqueles preparatórios de primeiros-socorros, inclusive, foi o SIATE de Ponta Grossa que fez, com os maqueiros e funcionários do pronto-socorro. Eles têm curso básico de primeiros-socorros.

E neste momento, vemos a Prefeitura de Ponta Grossa fazendo economia para criar o que chamamos de superávit, que na verdade nunca existe, só existe no papel. O superávit, aquela história, no orçamento tem, mas se for no caixa da prefeitura, não tem dinheiro. Então, é esta a preocupação. Eu queria externar, hoje, nesta Casa, no sentido de embasar a criação de uma lei ou de uma indicação, ou que o Governo fizesse algo neste sentido, porque o Governo deu as ambulâncias, as ambulâncias são boas, são perfeitas, são excelentes, agora, é preciso também criar um mecanismo para que essas ambulâncias possam ser bem usadas.

Era este o pedido que eu queria fazer. Já estou estudando a possibilidade da criação de uma lei neste sentido, para que isto possa tornar-se lei no estado do Paraná.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

Apenas para felicitá-lo, acho que V. Exa. tem toda razão. Não vejo isto como uma reserva de mercado para os técnicos, mas sim uma assistência necessária aos doentes. É preciso nos lembrarmos que as cidades-pólos treinam ambulâncias de 50 a 100 quilômetros, e não há dúvidas de que muitas vezes, embora o motorista possa ter treinamento para um socorro imediato, ele não pode fazê-lo, dada a atividade que está exercendo.

Eu felicito V. Exa. pela idéia. Acho que deve levar avante, porque tem tudo para prosperar e acho que seria de um grande alento e uma prevenção a eventuais riscos a esses pacientes enquanto não houver - vamos dizer - uma assistência suficiente dentro dos próprios municípios, o que seria ideal.

Parabéns.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado.

Acho até que por isto os Prefeito podem ser responsabilizados. O senhor imagina morrer uma pessoa na ambulância porque não tinha um técnico para poder atender, que poderia ter salvo. O Prefeito passa a ser responsável a partir daquele ato.

Então, já estudo, com o conhecimento do Deputado Cheida, que é da área, a possibilidade de criarmos uma lei, no Paraná, em que seja até obrigatório o uso. Tem muitas cidades que fazem isso. Tem cidades que fazem cumprir essa determinação da forma legal, que é ter alguém acompanhando. Tem muitas cidades que fazem. Agora, não se pode fazer economia nessa área.

Então, vou propor este projeto, se for legal, a indicação. Mas, acho que cidades mais distantes sofrem mais ainda, cidades que têm deslocamento maior, e como não tem ambulância UTI para colocar em todas as cidades, que se tenha pelo menos algum técnico da área para acompanhar. Então, vou fazer este projeto, peço ajuda aos companheiros da área, que puderem ajudar, porque acho que aquelas ambulâncias são boas, mas precisa ter a responsabilidade, os Prefeitos tirem o superávit que eles pensam que é bom, evitando dessa forma a morte das pessoas.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário da Liderança dos Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente Deputada Cida Borghetti; nossa 1ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin; 2ª Secretária, Deputada Beti Pavin; Srs. Deputados e Sra. Deputada Rosane.

Uso esta tribuna para discorrer rapidamente sobre 2 assuntos. Primeiro, vou falar sobre o tema menos polêmico, que é a PETROBRAS. Srs. Deputados, na semana passada o Deputado Antonio Belinati usava esta tribuna e fazia considerações em relação ao lucro obtido pelo Banco ITAU, que são mais de R\$ 4 bilhões no 1º semestre deste ano inclusive ultrapassando o banco BRADESCO. Agora, vamos fazer um paralelo: o banco ITAU é uma empresa privada e os Governos, principalmente do Estado do Paraná e o Governo Federal, sempre têm usado que existe atrás das empresas privadas o lucro e é lógico que tem que existir o lucro, mas muitas vezes dito por um lucro selvagem desse capital neoliberal que se instalou no país, e que não tem compromisso com o social da nossa gente. E faça agora uma pergunta, pois o Banco ITAU é privado, o BRADESCO é privado, a Vale do Rio Doce agora é privada e pergunto: e o que é a PETROBRAS? Srs. Deputados e

Sras. Deputadas, o que é a PETROBRAS? É uma empresa pública ou é ou é uma empresa privada?

A PETROBRAS, Deputado Marcelo Rangel, é uma empresa pública. O lucro da PETROBRAS, neste 1º semestre, chegou a R\$ 10 bilhões, 930 milhões, e o brasileiro paga em torno de R\$ 2,50 o litro da gasolina. Qual é o compromisso que a PETROBRAS tem? Em sendo uma empresa pública, ela não tem um compromisso social? E o que é o compromisso social? Ou será que também atrás da PETROBRAS não existe só lucro selvagem dito pelos Governos que a administram? Aliás, a PETROBRAS deu um lucro de 20% a menor no 1º semestre do que no ano passado. E por que a menor? Não se sabe!

Segundo alguns economistas, pelo fato de ter socorrido talvez o fundo previdenciário, que favorece exatamente os próprios funcionários da empresa. Mas a pergunta que fica no ar e espero de quem defende exatamente a estatização das empresas, que me tragam ao menos uma justificativa plausível, porque R\$ 10 bilhões, 930 milhões, Deputada Rosane, de lucro da PETROBRAS, quando o orçamento do estado do Paraná chega a algo em torno de 16, a R\$ 17 bilhões.

Quero dizer, praticamente um orçamento, o estado lucra em meio ano, Deputada Beti, de uma empresa pública, e essa empresa é controlada pelos Governo que dizem que são defensores do lado social; mas tiram do povo para lucrar para as suas empresas, Deputado Plauto, mais uma vez as empresas privadas, lógico, elas têm o lucro, mas a empresa pública, a primeira visão, para quem defende a estatização, tinha que ser o lado social, e o lado social então levar o combustível mais barato para os nossos consumidores.

Então, esta é a pergunta que fica no ar.

Segundo assunto que eu quero levantar na tarde de hoje: nunca me envolvi e procuro nunca me envolver na questão das entidades representativas do meu estado, da minha região ou dos municípios que eu represento. Sempre fui e sempre serei um parceiro das empresas que visam o desenvolvimento sócio-econômico do nosso estado. O que é que nós vivemos no dia de ontem? A eleição da FIEP. Nunca me envolvi, não me envolvo, não quero me envolver, mas não dá para deixar passar em branco, Srs. Deputados, não dá para deixar passar em branco. O Governador Roberto Requião, há 4 anos atrás pegou o Rocha Loures e o lançou candidato a Presidente da FIEP contra o Carvalhinho, que Deus o tenha hoje, *in memoriam*, e fez com que o Carvalhinho desistisse da candidatura, e tinha uma candidatura única. O Rocha Loures, empresário destacado do nosso estado do Paraná, conhecido nacionalmente pelas suas empresas e pela sua visão dinâmica que tem em administrar a questão das suas empresas.

Agora, o Governador do Estado do Paraná, usar 2 Secretários para integrar uma outra chapa, fazer com que a FIEP, no dia de ontem, tivesse que fazer uma nota oficial e publicasse em quase todos os grandes jornais, na capa, hoje, acusando o Governador do Estado do Paraná

de interferir na eleição da FIEP? Por quê? Porque a FIEP, Deputado Cartário, não concordou com o Governo do Estado da forma como está se administrando o porto de Paranaguá. Só o Governador Roberto Requião não enxerga.

Disse alguém, o Deputado Geraldo Cartário, aqui na tribuna, antes, que o Governador recebeu um título de Cidadão Honorário de Santa Catarina, pela duplicação. Não, ele recebeu um título de Cidadão Honorário de Santa Catarina porque é melhor Secretário da Indústria e Comércio de Santa Catarina, porque espanta exatamente as empresas, espanta os investimentos do nosso estado, espanta os exportadores, espanta os importadores, o porto de Itajaí e o porto de Paranaguá cresceram, e muito, e o Rocha Loures, como representa as entidades, como representa o setor produtivo do estado do Paraná, fez exatamente a sua colocação crítica para o Governador do Estado do Paraná.

Pois bem, quem critica o Governador do Estado do Paraná não passa a ser adversário, passa a ser inimigo, porque o Governador está acima da lei e não só acima dos homens.

O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Sr. Deputado, precisamos fazer uma reflexão, e eu farei amanhã, visto que não quero tirar o seu tempo, porque foi impressionante como o Deputado Federal Rocha Loures acatou e aceitou que o Governador fizesse campanha contra o seu pai.

Por muito menos do que isso, o Governador foi à Fazenda Rio Grande e apoiou um candidato do PPS, que me afastei do PMDB e do seu convívio.

Dizem que existem duas classes de homens: os ativos e os passivos. Mas sobre isso falarei amanhã, se Deus quiser.

Muito obrigado!

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. aborda um assunto muito importante.

Os paranaenses, na eleição majoritária do Paraná, deram uma demonstração de uma insatisfação muito forte com relação à postura política e administrativa do Governador Roberto Requião.

Vivemos um verdadeiro plebiscito na eleição passada. A diferença foi mínima.

E agora, mais do que nunca, o setor produtivo paranaense deu um basta a essa ingerência política do Governador, e é um dos segmentos que mais contribuiu para a economia deste estado.

A reeleição do Rocha Loures, com certeza, já é um sinal daquilo que vai acontecer, na sequência, nas demais eleições no estado do Paraná.

Além do brilhante trabalho que fez Rocha Loures como Presidente da FIEP, com certeza, os nossos empre-

sários paranaenses disseram um não ao Governador Roberto Requião, pelos parques investimentos que tem feito neste estado. Nada praticamente fez, a não ser prejudicar os segmentos produtivos deste estado.

Peço à presidência desta Casa que encaminhe o seu pronunciamento à FIEP, ao Presidente reeleito.

Muito obrigado!

O Sr. Plauto Miró (Democratas) (Aparte)

O concorrente do Rocha Loures é meu amigo, da cidade de Ponta Grossa. Ele colocou sua candidatura lá no começo, quando ainda tínhamos como candidatos o Rocha Loures, o Álvaro Scheffer, o Virgílio Moreira e também o Luiz Mussi.

Haviam 4 candidaturas. O Luiz Mussi abriu mão a favor de Virgílio Moreira. O Virgílio Moreira abriu mão a favor do Álvaro Scheffer. E aí, o Governador Roberto Requião levou o seu apoio aberto, pressionando, usando a máquina pública, pedindo votos para o Álvaro Scheffer.

Vi, em Ponta Grossa, a Associação Comercial, os sindicatos preocupados, alguns, e outros achando que o apoio do Governador Roberto Requião era maravilhoso e iria definir a eleição do Álvaro Scheffer.

Infelizmente, o apoio do Governador Roberto Requião trouxe a derrota para o Álvaro Scheffer, porque parece que o Roberto Requião, no Paraná, não vai bem.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Encerro dizendo o seguinte: um estado só se desenvolve quando existe a parceria e a sintonia entre o Poder Público e a livre iniciativa. Essa frase foi respeitada pelo Sr. Rocha Loures, hoje, por todos os jornais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador Roberto Requião ganha mais uma derrota.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PP.

(Declina)

No Horário do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Líder do Governo, gostaria que V. Exa. levasse a informação ao Secretário da Educação, porque ele é o primeiro homem que tem que dar exemplo de ter educação.

Deputado Romanelli, estou na Casa com um requerimento pedindo informação do que foi pago, nos últimos anos, a ONGs e OSCIPs. Por que faço este questionamento? Veja, Deputado Romanelli, se V. Exa. acessar aqui na gestão do dinheiro público - e foi por

isso que trouxe esta ferramenta - Secretário da Educação insiste em me chamar de analfabeto digital, eu não sou um expert como o Pastor Praczyk, mas me defendo. Até quero aproveitar para pedir ao Presidente para que coloque um ponto de internet porque, aqui, devido às paredes, não consigo acessar o meu gabinete.

Quando você acessa na gestão do dinheiro público, Deputado Romanelli, você acessa a Secretaria da Educação. Um exemplo. Vou citar a Secretaria da Educação, porque foi o Secretário que foi deselegante comigo. Quando você chega à gestão pública, ele pede para você falar, Deputado Romanelli - eu quero falar baixo, até porque estou com problema de garganta - quando você acessa na gestão pública lá tem todas as Secretarias, quando você acessa na Secretaria que você quer informações, por exemplo, acesso aqui a Secretaria da Educação e pede "citar por órgão", então coloco "Secretaria da Educação"; "citar para quem está pagando" eu coloco "ONGs". O que daí pede a página do site? Pede o nome da ONG e o CNPJ e o Governo nega essas informações.

Aí eu faço um requerimento, educadamente, minha cara Deputada Rosane, ao Secretário da Educação, para que eu possa ter o nome das ONGs e o CNPJ para acessar. Aí vem o Secretário da Educação, com as duas ferraduras, e fala um bando de besteiras! Por essa razão, eu trouxe este notebook, que eu uso lá em casa para aprender um pouco, e às vezes, Deputado Jocelito, chega em casa e meu netinho, de 2 anos e 6 meses, chega lá e diz o seguinte: "Vovô, vamos ver o leãozinho?" Porque ele quer o Rei Leão neste notebook. Eu falo assim pela paixão que tenho pela minha família, mas quero dizer o seguinte: não é possível mais, Deputado Romanelli, e o exemplo para o nosso Governador foi ontem, quando uma pessoa busca informações, quando um Parlamentar se aplica, para que ele seja pelo menos aplicado, receber esse tratamento do Secretário da Educação.

Diga ao Secretário da Educação, Romanelli - porque não quero conversar com ele - diga a ele que as duas ferraduras que ele usou nesta nota, que ele use para ter, para vender e colocar na página da gestão do dinheiro público as informações.

Deputado Praczyk, V. Exa. que tem mais condições, se o Governo quisesse ser transparente, quando você colocasse aqui "PAVIBRAS" teria que ter um anexo que todos os pagamentos da PAVIBRAS teriam que estar ali. Pagamos para a PAVIBRAS, na SANEPAR, tanto; pagamos para as PAVIBRAS, na Secretaria da Educação tanto. Se quisessem informar, os anexos podem ser contemplados na página. Aí o que aconteceu? Vem o ilustre Secretário da Educação, desinformado, mal acostumado, porque há pessoas neste país que acham que ao assumir o poder, são Reis! Não podem mais ser questionados. Se eles não têm dúvidas das informações, não neguem as informações aos Parlamentares!

Aí, quando você coloca aqui no site, Secretaria da Educação ou qualquer Secretaria e coloca a quem foi feito o pagamento, você coloca a ONG, ela pede o CNPJ.

Simplesmente fiz o seguinte: pedi aos assessores do Secretário da Educação - porque não quero chegar perto de Sua Majestade - que ele me indicasse os nomes das ONGs e os CNPJs. Ele não respondeu, porque o requerimento nem chegou lá. Ele veio aqui, considero com as suas duas ferraduras - e ele está acostumado a tratar as pessoas dessa maneira - comigo, não! Ele vai prestar contas para mim das ONGs.

Não estou colocando em dúvida, Deputado Romanelli. Tive o cuidado, quando falei com a imprensa, digo: "olha, recebo informações que são grandes. Mas, não tenho os detalhes, porque o site do Governo me nega. Mas, vou buscar as informações e, elas concluídas, darei o meu parecer e o que entendo por esta questão.

Então, Srs. Parlamentares, está aqui hoje na pauta, o nosso requerimento. Estou aqui mais para convencê-los de aprovar, porque hoje, se o Secretário da Educação faltou com respeito com este cidadão, Parlamentar eleito, amanhã ele poderá faltar com respeito com os senhores. Vamos dar uma demonstração nesta Casa, não de querer espezinhar o Governo, a Secretaria que pagou o dinheiro para as ONGs, mas, vamos dar uma demonstração que somos competentes; vamos dar uma demonstração que estamos estudando. Se não conhecemos muito bem o que é trabalhar com o computador, podemos aprender e dizer a eles que estamos atentos. Todos os dias. Atravesso a madrugada. Sou um homem que não durmo, vou dormir 2, 3 horas da manhã, Jocelito, mas, ao chegar em casa pelas 10 horas da noite - às vezes chego cedo, porque me bate a saudade do meu único neto - tomo meu banho e não assisto televisão porque vou buscar informação para mim.

Agora, não posso admitir e quero acreditar que os Srs. Parlamentares não vão permitir que isso aconteça com este Parlamentar, que eu seja tratado desta forma desrespeitosa, porque simplesmente estou dizendo, façam hoje, busquem no site do Governo e vejam se tem o detalhamento, porque é muito fácil você colocar lá no site do Governo dizendo o seguinte: "Pagamos X para determinada empresa". mas onde estão os detalhamentos? Pagamos esta despesa oriunda da licitação tal, no valor tal. Seria simples para nós!

O que acontece, Deputado Dobrandino? A dúvida gera dúvida. A informação gera informação. Tenho dito aos Parlamentares aqui. Quando você chega aqui na tribuna e levanta uma questão dessas, simples, é só ter boa vontade e respeito pelas pessoas!

Vejam o seguinte: como tenho dificuldade de informações para concluir, chega em minhas mãos: "O Governo está comprando 2 mil tratores". É um programa e por isso que preciso de mais esclarecimentos. Está se aumentando o capital da agência de fomento, questionei hoje o Líder do Governo, fui buscar mais informações, Deputado Elio Rusch, aí preciso de mais informações. Por quê? Porque eu falei na CCJ, Deputada Cida, que careço de informações sobre a questão do aumento de capital da agência de fomento. Sabem o que chega agora às minhas mãos? Dúvida gera dúvida, informação gera

informação. Chega-me que a licitação desses tratores está viciada e elimina - está é a informação que recebo, salvo eu receba informações diferentes, venho aqui e informo o correto - a New Holand, da cidade industrial, não pode participar, porque não tem os requisitos pré-ficados na licitação.

Desculpe-me, Deputada Cida. Encerro o meu pronunciamento dizendo o seguinte: quanto mais eu falo, aqui, mais eu sei que não sei nada, porque quanto mais eu entro nas entranhas das questões do Governo, mais eu vejo que o Governo se esconde atrás de uma cortina de fumaça. Então, que o Governo, a partir de agora, não fale mais em site, não fale mais em página da gestão do dinheiro público, porque certamente ele tem funcionários competentes, mas se ele não está bem intencionado, a culpa não é minha.

Que as ferraduras do Secretário da Educação, sejam guardadas, para que eu leve para a fazenda que herdei de meu pai, para dar para o meu capataz, porque o Secretário da Educação tem que ter, no mínimo, respeito com o Parlamento deste estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

PMDB;

(Declina)

Liderança do Governo. Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, por 10 minutos.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, esta nossa Mesa está muito bonita e florida, com a nossa Presidenta, com as Deputadas Beti Pavin e Rosane. O Luiz foi embora e ficaram, aqui, as companheiras, mulheres, que dirigem os trabalhos, além das taquígrafas. Com exceção do irmão do Deputado Péricles, estamos com a Mesa florida. O Gaúcho, o nosso velho funcionário desta Casa - uma brincadeira que fazemos, em função da semelhança física que V. Exa. tem com o Gaúcho, uma pessoa que merece o respeito de todos nós desta Casa, que há tantos anos está aqui para acompanhar os trabalhos, assessorando o Plenário.

Sra. Presidenta e demais Parlamentares, eu queria dizer que ouvi o pronunciamento do Líder da Oposição. Primeiro, quero dizer ao Deputado Valdir Rossoni, com o maior respeito que tenho por V. Exa., que não sou menino de recado. Desculpe-me! Não vou levar o recado para o Secretário Maurício Requião. V. Exa. falou da tribuna, é um pronunciamento público e se V. Exa. quiser, tire cópia das notas taquigráficas e envie via fax para ele ou mande pela imprensa o que V. Exa. falou.

Lamentei, na semana passada, que a Oposição tivesse retirado o requerimento, porque anunciei ainda antes que o requerimento seria aprovado e encaminháramos favorável. Quem estava aqui ouviu eu dizendo isso:

que o requerimento foi retirado da Sessão. Fui perguntar à Mesa por que não votamos. Ele havia sido retirado. Por mim, já teria sido aprovado o requerimento e mais, pedi que a nossa assessoria preparasse. Antes da Ordem do Dia ainda, eu vou estar colocando um requerimento, V. Exa. para complementar o seu. O seu fala nos últimos 4 anos. Quero ver o que a Secretaria de Estado da Educação pagou nos últimos 12 anos. Quero fazer um desafio, V. Exa. que é um Parlamentar valoroso, que vá àquela tribuna e leia o que foi pago para ONGs e OSCIPs, desde aquele período até hoje. Esta Casa vai ficar estarrecida com o que a Secretaria de Estado da Educação pagou durante o período do Governo Jaime Lerner V. Exas. vão ver como o dinheiro foi pelo ralo.

Mas, quero dizer, Exas, que, na verdade, os dados têm que ser públicos e transparentes e que Governo nenhum, Deputado Elio Rusch, fez um site como esse. Temos que reconhecer que nenhum Governo fez um site, um endereço onde está a gestão do dinheiro público e demonstrando como cada unidade administrativa aplica os recursos que recebe. O site, é só você colocar lá o nome do fornecedor ou por ordem, ou tipo de despesa, vem tudo, vem por ordem de competência da despesa que está sendo realizada.

Então, quero dizer o seguinte: esse requerimento vai ser, sim, aprovado, como também vai ser aprovado o requerimento dos tratores. Claro que tem que ser explicada a questão das licitações - por óbvio, também não sou especialista em trator, embora na minha adolescência eu tenha trabalhando também no meu sítio, plantei muita soja, trabalhei muito na minha vida - claro que tem que ter explicações, porque senão parece que tem uma licitação dirigida. Tem que explicar isso para poder, de fato, garantir legitimidade e, mais do que tudo, garantir a concorrência, que é o que preceitua o artigo 37 da nossa Constituição, você, de fato, não especificar de uma forma que vá dirigir a um fornecedor, até porque V. Exas. sabem, se tem coisa que o Governador Requião não admite é isso. Chega a licitação com um único participante, mesmo que o preço esteja abaixo daquele teto estabelecido, não homologa. Há um exemplo, inclusive, do telhado da escola de Ponta Grossa, falamos outro dia, tem que ter absoluta liberdade na especificação, dentro, é claro, de enquadramento possível do equipamento que se quer e se pretende comprar, embora essa licitação seja de referência de preço.

Mas, quero dizer, Sra. Presidenta, ainda o seguinte, em relação à eleição da FIEP. Há Deputados aqui que estão muito felizes com a eleição do Presidente, V. Exa., inclusive, está feliz, Presidenta, o nosso querido Deputado Federal Ricardo Barros foi eleito Vice-Presidente da chapa do Rodrigo Rocha Loures. Quero dizer a V. Exa. que foi muito bom, ontem, ter trazido o Ministro Márcio Fortes, aqui, fiquei muito feliz. Falei ontem, aqui, na presença dele e falo a todos, ajudou muito o Paraná esse Ministro, ajudou o estado e ajudou os municípios e continua ajudando, e temos grandes

projetos na área de habitação e saneamento do Ministério das Cidades, tem muita coisa em jogo a favor do nosso estado. E foi bom, o Ricardo Barros tem acesso, inclusive me ajudou sempre a ter acesso ao Ministro Márcio Fortes, mas, quero dizer o seguinte em relação à eleição da FIEP: o que eu espero da FIEP, e muitos aqui devem ter se surpreendido, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. muito provavelmente não sabia que a FIEP tinha um orçamento de mais de R\$ 200 milhões por ano, não sabia, muito provavelmente.

O fato é o seguinte: o que nós todos esperamos da FIEP? Eu tenho visto a FIEP fazer encontros, na verdade, prosopopéias, do ponto de vista de debates, traz palestrantes, mas sinceramente, essa tão almejada parceria entre o setor público e privado, o que eu queria da FIEP? Eu queria discutir isso! Comecei discutindo com o Rodrigo a política industrial do estado, Deputado Rossoni, V. Exa. sabe disso. Não é a inovação tecnológica que modifica a nossa realidade, também é ela, ela auxilia muito, mas ela não é o foco. O nosso foco é conseguir dar o valor agregado para a nossa produção, o nosso foco é para, como hoje estivemos aqui na instalação da Frente Parlamentar Brasil-China no estado do Paraná, com a presença da Cônsul Geral da China, por iniciativa do Deputado Mamede, é ter a capacidade de estarmos exportando óleo e não grãos para a China. É a nossa capacidade de transformar o produto, antes de poder exportá-lo. E aí é necessário que possamos estar agregando valores na nossa produção agrícola.

O grande desafio da nossa política industrial é a nossa agroindustrialização. Não é outra coisa que podemos dizer, como temos feito com a cadeia produtiva de frango, de boi e tantas outras áreas que o Paraná tem conseguido desenvolver. Na verdade, temos grandes desafios na política industrial. Com aquelas medidas que o estado pode tomar com relação a política tributária, que já tem feito muita coisa interessante nisso, transcende Governos, começou lá atrás no Governo Requião um dos pontos positivos do Governo Lerner foi essa questão que envolveu a industrialização. Mas não dá para ficar só nos debates, de trazer conferencista e de não promover, de fato, um avanço no processo de agregação de renda para os nossos produtores.

Então, quero dizer que vou encaminhar favoravelmente aos requerimentos, pedir que a nossa base possa estar aprovando os requerimentos, só fazendo um adendo que o autor possa, ou atentar para os 12 últimos anos, ou então o requerimento... mas pode o autor adendar o requerimento, acho que é a forma mais fácil para que possamos, de fato, esclarecer esse tema de uma forma muito transparente, para que todos possamos receber as informações, até porque o nosso Governo não tem absolutamente nada para esconder, ele tem transparência nas suas ações, e nunca vamos esconder absolutamente nada do que está acontecendo com o sagrado dinheiro dos paranaenses.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem para fazer uma proposição, para que fosse então votado esse requerimento, da questão dos esclarecimentos, por primeiro. Até porque daí já aproveito para encaminhar o requerimento e dar o encaminhamento sugerido pelo eminente Líder do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário da votação dos requerimentos.

Ordem do Dia:**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 254/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário do Estado dos Transportes, a implantação de lombada eletrônica na Rodovia do Xisto-BR-476, no Km 152, em Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Waldyr Pugliesi, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando para compor como membro suplente da Comissão Especial de Investigação - CEI, sobre os investimentos do Governo, em publicidade e propaganda, o Deputado Cleiton Kielse. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Augustinho Zucchi para representar esta Casa de Leis, na Audiência com o Exmo. Ministro de Estado da Agricultura, o Sr. Reinhold Stephanes, no dia 15 de agosto de 2007, na cidade de Brasília/DF. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando a Deputada Beti Pavin, para representar esta Casa de Leis, no IV Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, nos dias 15 e 16 de agosto, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Elton Welter, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2380, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa para ausentar-se do país no período de 03 a 12 de setembro do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo. **Aprovado.**

Votação/Discussão

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Quarto Centenário, com sede e foro em Quarto Centenário. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bela Vista da Caroba, com sede e foro no município de Bela Vista da Caroba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Fênix, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 14223/03. (Utilidade pública). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza a estadualização da rodovia que liga Pinhal de São Bento a Ampére. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/07, de 14/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 352/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a proceder com a estadualização da estrada que liga a sede do município de Pinhal de São Bento ao município de Ampére.

Legitimidade e Legalidade

O projeto de lei em questão tem por objetivo estadualizar a estrada intermunicipal entre os municípios de São Bento e Santo Antônio do Sudoeste, visando assim, lograr a integração de municípios que tem como base de sua economia a agricultura, pecuária, a indústria e o comércio.

Nesse contexto, afere-se a legitimidade da presente propositura legislativa, porquanto estabelece a Constituição Estadual que cabe ao estado implementar medidas que objetivem a fomentação da atividade econômica regional. Assim estabelece o texto constitucional:

Art. 140. Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Da análise da competência legislativa do presente projeto, infere-se, igualmente, sua conformidade com os ditames constitucionais. Como não há vedação expressa, conclui-se que é autorizada a disposição acerca do tema por meio de legislação estadual, conforme preconiza o artigo 25, parágrafo 1º da CF, a saber:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas por esta Constituição.

Diante do acima exposto e tendo em vista a conformidade do projeto de lei em exame com as disposições constitucionais a ele pertinentes, opina-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 352/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 352/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, objetiva autorizar a estadualização da rodovia que liga Pinhal de São Bento a Ampére.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que a proposição visa atender os municípios de Pinhal de São Bento e Ampére, com a integração entre os municípios que têm como base de sua economia a agricultura, a pecuária e o comércio.

Sendo assim, esta comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 352/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Diamante do Sul, dos imóveis situados na área urbana do referido município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/07, de 16/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 358/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo reverter para ao patrimônio municipal de Diamante do Sul, o imóvel que especifica.

Trata-se de 2 lotes urbanos que, através da Lei nº 219, de 06 de julho de 2001, foram doados ao estado do Paraná, sob a condição de neles ser edificado, em até dois anos, as instalações para o Destacamento da Polícia Militar naquele município, sob pena de reversão dos mesmos à municipalidade.

Ocorre que passados 6 anos da doação não se cumpriu a condição resolutive estabelecida na lei municipal, o que importa, de pleno direito, na imediata reintegração do imóvel doado ao patrimônio do doador, município de Diamante do Norte, já partir do vencimento do prazo legal sem o implemento da condição imposta em lei, segundo prevê o Código Civil Brasileiro, artigo 119 e seu parágrafo único.

Pelo exposto, esta comissão manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 358/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a reversão dos imóveis ao município nas hipóteses que especifica.

Aos 5 de junho do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná, com sede e foro em Capitão Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/07, de 09/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 484/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei declara de utilidade pública a Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná, com sede e foro em Capitão Leônidas Marques, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o artigo 1º do presente projeto é omissivo quanto a sigla que também integra a denominação da associação que se pretende declarar de utilidade pública, conforme previsto no seu Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 484/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná - AVIOS, com sede e foro no município de Capitão Leônidas Marques, estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/07, de autoria dos Deputados Péricles de Mello e Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação Luterana Alvorada de Serviço Social, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 084/07, de 17/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 529/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei declara de utilidade pública estadual a Associação Luterana Alvorada de Serviço Social, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2341 e 2342, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2395, de autoria da Bancada da Oposição, composta pelos Deputados Valdir Rossoni, Ademir Traiano, Luiz Carlos Martins e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimentos nº 2399, de autoria do Deputados Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Só queria saber se o autor do requerimento fez a correção em relação ao período de 4 para 12 anos, que foi aqui a nossa discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Não posso alterar sem pegar o documento. Gostaria que V. Exa., se posso tomar a liberdade, V. Exa. poderia incluir ali desde o começo do mundo as informações, porque cada vez que peço uma informação eles se reportam ao Governo anterior. Eu não tenho nenhum problema, não fui Secretário do Governo anterior, não participei, eu apenas fui Parlamentar nesta Casa e Líder do Governo.

Se puder acrescentar para que não fique nenhuma dúvida sobre o meu posicionamento, coloca ali “desde o começo do mundo”, também aceito.

Sra. Presidente, acredito que pelo meu constrangimento não me fiz entender. O que eu disse ao Líder do Governo - e jamais quis usá-lo para recado - pensei que o Líder do Governo estaria aqui para ouvir os reclames dos Srs. Parlamentares e de repente se tornar um canal mais legítimo, mais legal, fácil de chegar aos homens do Governo, porque não vou a Secretaria da Educação, não tenho a liberdade para ligar ao Secretário da Educação, não posso ter o constrangimento de ligar ao Secretário da Educação e receber um tratamento deselegante. Pensei que eu poderia fazer o uso desse elo de ligação entre o Parlamentar e o Líder do Governo, mas como ele não é garoto de recado eu também não quero fazer uso do Líder do Governo.

Quero dizer aqui o seguinte: que não precisaríamos nem gastar papel, seria só ficarmos aqui, estendidos. Retiramos o requerimento e o Secretário, se ele tem a intenção de pegar todos os Governos que passaram e mandar as informações, quero dizer que o site do Governo está disponível até uma determinada data. Por essa razão é a minha reclamação. De forma nenhuma, quando foi a questão da comunicação, agora está sendo a questão das ONGs, todos os questionamentos aqui, porque cada questionamento que é feito aqui eles pensam que eu vou fazer a defesa do Governo anterior.

Já cometi meus erros, permitam-me a sinceridade. V. Exa., em determinados momentos, comete os seus erros. No futuro, vamos nos encontrar, eu de cabeça mais branca, V. Exa. talvez um pouquinho como menos cabelo, vamos nos encontrar e V. Exa. vai dizer: “Rossoni, se eu tivesse te ouvido!” Sabe por quê, Deputada Rosane? Por que eu sei o quanto errei, o quanto eu fui enganado, o quanto eu fui ingênuo, o quanto eu fui infantil em acreditar em determinadas pessoas.

Por essa razão, estou aqui no meu papel, e não vou aceitar apenas resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Deputado Rossoni, apenas para sua ciência, há sobre a mesa, logo após a apreciação do requerimento da Bancada da Oposição, um requerimento do Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, similar ao requerimento da Bancada da Oposição, porém apenas a diferença é que no requerimento da Oposição fala só nos 4 anos. E o da Situação, apreciar os últimos 12 anos, pela extinta FUNDEPAR.

Então, será votado primeiramente o requerimento de autoria da Bancada da Oposição e posteriormente do Líder do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Deputada, talvez eu não esteja conseguindo ser transparente. O que estou dizendo é que aprovo o requerimento deste o começo do mundo, este dos últimos 12 anos. Sou favorável a qualquer requerimento. O que estou dizendo e não vou parar de bater nesta tecla, é que quando o Governo fala no site da gestão pública, eles dizem que não sabemos acessar. E como agora eu aprendi a acessar não vou me calar até que este Governo coloque no site da gestão pública, para que estes cidadãos que não são Deputados, que estão aqui, possam também matar a curiosidade.

Então, o seguinte: manda todos os documentos que mandarem, vão gastar papel. Eu quero as informações no site do Governo, porque eles têm que parar com esta mania de achar que somos incompetentes inoperantes e eles são os homens mais cultos do mundo. Isto é muito complicado de se analisar.

Então, Deputada Cida, o que estou dizendo nesta Casa é que concordo com o requerimento, sou favorável, acredito que os Deputados da Oposição também são favoráveis, mas Deputado Romanelli, semana que vem vou pedir ao Presidente da Assembléia que coloque um ponto da internet para que eu fique on line e eu vou trazer, aqui, um data-show e vou dar uma demonstração - claro que com uma assessoria técnica perfeita, para que eu não cometa equívocos e não cometa erros - para que esta assessoria me ajude a demonstrar que não é verdade que o Governo é transparente, para mostrar que o Governo nega as informações, porque não é possível ele estar imputando aos Parlamentares falta de competência, quando é falta de transparência.

Talvez eu não me fiz entender, mas a grande verdade - para concluir - concordo com as datas, pode até colocar no requerimento “desde quando o Romanelli quiser”, mas, Deputado Romanelli, com isto não está feito um acordo, acordo de aprovação, mas o site do Governo vai ter que ter as informações, porque não têm e foi isto o que levantei daquela tribuna. E o que me deixa inconformado e que me deixa mais suspeitas é que quando falamos de

comunicação, de ONGs, de problemas suspeitos no Governo, V. Exa. puxa no Governo anterior.

O Governo anterior? Por que não promovem uma CPI geral e irrestrita do Governo anterior? Eu assino! Então, minha preocupação neste momento é exercer minha função: Deputado de Oposição, fiscalizador, atuante, como são meus brilhantes companheiros da Oposição.

Agradeço e peço desculpas por ter me alongado, ilustre Líder do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero responder ao Deputado Valdir Rossoni, de forma muito objetiva, à indagação que ele fez, aqui. Gostaria que ele prestasse atenção no que vou falar, porque neste Governo a Secretaria de Estado da Educação manteve parceria para manutenção de programas educacionais específicos e entidades com ONGs ou OSCIPs, assemelhadas e que podem ser classificadas como tal. Mas, quais são as entidades?

É o Conselho Indígena, para manutenção de 30 escolas indígenas instaladas em 17 aldeamentos indígenas do estado; a Associação Regional das Casas de Familiares Rurais do Sul do Brasil, a ARCAFAR-SUL, para a manutenção de 36 escolas do campo que levam o ensino regular e profissionalizante a crianças e jovens filhos de pequenos produtores rurais em regime de internato, e as APAEs, para manutenção de entidades conveniadas onde estudam 40 mil alunos com necessidades educacionais especiais, e desde 2003 a SEED também mantém convênio com a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná para a manutenção de 11 escolas itinerantes que atendem 2 mil e 400 alunos que vivem nos acampamentos rurais do nosso estado. Essa é a natureza, Deputado Valdir Rossoni, dos repasses que são feitos às entidades não governamentais, ou OSCIPs, ou associações civis que a Secretaria do Estado repassou de 2003 para cá.

O que o Secretário Maurício Requião se refere e respondeu a V. Exa. - até acho mesmo que um pouco malcriadamente - de forma objetiva, que no Governo anterior foram torrados milhões de reais, Deputado Waldyr Pugliesi, que V. Exa. não teria coragem de ter torrado. Na área da educação, por exemplo, entidades batizadas como PARANATEC, Usina do Conhecimento, Parque de Ciências, Universidade do Professor, Universidade Livre do Esporte, Universidade Eletrônica, CITIPAR, Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, Instituto Internacional de Desenvolvimento da Cidadania, Fundação Instituto Tecnológico Industrial e outras tantas assemelhadas onde os milionários repasses em geral eram feitos sem controle ou prestação de contas e sem que houvesse uma única palavra de protesto. Esses convênios, esses repasses foram devidamente cancelados pela Secretaria da Educação no início do Governo, em 2003.

Essa é a questão que envolve o requerimento do Deputado Valdir Rossoni em relação à Secretaria de

Estado da Educação. O questionamento que o Deputado Valdir Rossoni faz, na minha avaliação, é de outra natureza, porque as respostas estão aqui, os valores e o requerimento vai explicitar tudo isso. O site gestão do dinheiro público foi desenvolvido pela Companhia Paranaense de Processamento de Dados, a CELEPAR, e esse site é como um livro caixa. Ele diz lá o seguinte: nós pagamos para tal fornecedor por conta disso ou no mês de competência pagamos tanto. Quem acessa o site vai verificar esses dados. Agora, o que V. Exa. quer, tem que ser desenvolvido através de um programa de software, porque senão você não vai conseguir, porque tem que ter um plano de contas que trabalha o seguinte: sobre as ONGs, você cruza e vem todas as ONGs que receberam dinheiro. Tem que ter um programa para se fazer isso. Hoje o site gestão do dinheiro público não permite, porque permite por unidade administrativa e diz: nesse mês foi pago tudo isso para todo mundo. Então, você pega lá, por exemplo, a Companhia de Habitação do Paraná, você pega o mês de janeiro e vai verificar tudo o que foi pago em detalhes, 100% do que foi pago no mês de janeiro de 2007 e a mesma coisa acontece com a Secretaria da Educação.

A verdade é que o site, da forma que está formatado, diz tudo o que foi pago naquele mês, ou então especificamente pelo fornecedor, ou recebedor daquela transferência, pessoa física ou jurídica. É só acessar. Agora, o programa, da forma com que V. Exa. quer que ele seja formatado, não está formatado hoje. Nós podemos falar com a Companhia Paranaense de Processamento de Dados, a CELEPAR, e tentar desenvolver um site que possa, de fato, ter essa abrangência.

Agora, o requerimento, ele já fez a correção na redação, são os últimos 12 anos, é o período que eu desejo e de fato poder esclarecer tudo isso. Vamos esclarecer com o compromisso de tornar público e transparente como é que o dinheiro público deste estado tem sido aplicado. E na minha avaliação, não há período, nunca, de ser analisado, porque o dinheiro público não prescreve a data de análise. Nós não somos a Receita Federal para limitar sempre em 5 anos a análise do que nós fazemos.

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Com a palavra, para encaminhar, Deputado Jocelito Canto, por 10 minutos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu estava analisando o pronunciamento do Deputado Rossoni e o pronunciamento do Deputado Romanelli, e quero concordar plenamente com eles. Precisamos investigar esses últimos 12 anos da educação. Os últimos 12 anos não, temos que investigar os 8 anos do Governo Lerner, os 4 anos do Governo Requião, e mais esse ano agora que nós estamos já vivendo, que é este ano de 2007.

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que é de Ponta Grossa, não sei se o Deputado Péricles está aqui, o Plauto está aqui, no começo de 2003 esta Casa rejeitou um requerimento nosso que excluía aquela lei do Governador Roberto Requião que acabava com a Faculdade de Medicina em Ponta Grossa. Fizemos aqui um movimento e fizemos um decreto legislativo para cancelar o ato do Governador. Perdemos, porque a maioria aqui era da Situação, e naquele momento o Governo alegou que não tinha dinheiro para continuar o curso de Medicina em Ponta Grossa. Então, automaticamente, o decreto nosso foi para o beleléu, perdemos e nunca mais foi votado, foi só um regime de urgência e depois foi para a gaveta lá em baixo, sumiu, nunca mais teve a votação do requerimento, votou-se só a urgência. Bom, não tinha dinheiro naquela época.

Eu vi aqui, ao longo do mandato passado, o Deputado Scarpellini subir naquela tribuna e dizer que tinha uma fita, e V. Exa. lembra disso Pastor Edson, que tinha uma fita que tinha roubalheira, eu tenho gravado isso, eu me lembro quando o Scarpellini subiu lá, que tinha uma fita que tem coisas envolvendo um Poder aí, feio, disse o Scarpellini. Outra vez subiu o Deputado Scarpellini ali, Srs. Deputados, e disse que havia um cartão corporativo da Secretaria da Educação com gasto de 7 milhões, disse o Deputado Scarpellini, ali, e todo mundo achava que o Deputado Scarpellini era louco, o Scarpa subia ali: “É um louco que está lá!” O Scarpa falou, ele falou da fita, eu ouvi a fita que ele falou, eu ouvi na CPI dos grampos, só que era uma fita criminosa, que não podia ser usada, porque ela foi conseguida daquele jeito que não é possível usar como prova, porque a Globo põe, quando quer pôe na televisão, mas quando são os pobres mortais aqui do Paraná não dá para mostrar aquela fita, o que derrubaria um Poder. E era verdade o que ele falou.

Agora estou vendo o Deputado Romanelli qualificar o nosso Secretário, que é do seu partido, Líder, o grande revolucionário do PMDB de malcriado, quem disse foi o Romanelli, não fui eu. Segundo o Romanelli, está na Sessão de hoje que o Secretário é malcriado. Então, o Secretário da Educação é malcriado, dito pelo Líder do Governo.

Deputado Marcelo Rangel, é o nosso colégio, o Instituto de Educação? Está caindo! E se cair na cabeça de alguma criança e matar, quem é o responsável? Aí a imprensa vai dizer que são os Deputados de Ponta Grossa que não tiveram peito de cobrar.

Não tem dinheiro para fazer a reforma do Instituto. Mas tem dinheiro para OSCIPs, para ONGs.

Vamos investigar tudo isso. Tem que investigar quanto foi gasto com as ONGs, com as OSCIPs.

A população precisa saber quanto foi gasto. Quero saber quanto o Jaime Lerner gastou.

Agora, preciso fazer uma chamada de atenção aqui, mais uma vez. Em 2006, esta Casa aprovou as contas do Jaime Lerner de 2002. Todo mundo votou aqui, eu não estava naquela Sessão naquele dia.

Por que aprovaram as contas do Jaime Lerner de 2002? Porque tinha que aprovar as contas do Roberto Requião de 2003. O Roberto Requião também não tinha cumprido os 25% na educação em 2003, nem em 2004.

A maioria vota e a minoria obedece. Este é o Parlamento que vivemos hoje em todo país. Mas quero deixar o meu registro aqui que, quando um Prefeito do interior deixa de cumprir 0,5% na educação, ele tem contas desaprovadas.

Acabamos de ouvir aqui o Líder do Governo dizer que foi queimado dinheiro no Paraná, e as contas foram aprovadas.

Quando o Roberto Requião mandou para esta Casa a lei dos 30%, todo mundo aplaudiu. Era para pagar o atrasado que não tinha cumprido. Agora está explicado. Chama-se ajuste de conduta para os poderosos, e para os coitadinhos dos Prefeitos chama-se improbidade administrativa.

Quero dizer que voto favorável ao requerimento dos 12 anos. Quero saber: por que não tinha dinheiro para o curso de Medicina? Para as escolas que estão caindo? E tinha para essa fanfarra, que sobrou dinheiro, como o Deputado Romanelli falou.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

O Deputado Jocelito não pode me atribuir uma fala que não fiz, dizendo que eu disse que não foram investidos 25% em educação. O Governo investiu quase 30%. Foi muito mais que isso.

Eu não disse isso!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu não falei isso! O Deputado Romanelli estava “viajando”! Eu não falei! Quem lhe comunicou, lhe comunicou errado! V. Exa. estava...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O Deputado Kielse ouviu e a Presidente confirmou.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Confirmou o quê? O que eu falei, Deputado? V. Exa. não estava aqui!

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Serei breve, Sra. Presidente.

Com relação a este requerimento, sou favorável à aprovação do mesmo, mas, até para corroborar com o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni, não duvidando da palavra dele, mas quando ele levantou esse questionamento, na semana retrasada, eu tive a paciência de, *in loco*, experimentar o site do Governo e deixo aqui o registro da minha opinião técnica: de fato, deixa muito a desejar.

Quando falamos em busca, estamos falando de um mecanismo chamado SQL. Acredito que a maior parte dos Parlamentares deve ter algum banco de dados em seus gabinetes, nos quais são cadastradas pessoas e o mecanismo de busca obrigatória permite que os Parlamentares selecionem as pessoas inseridas em seus bancos de dados por nome, por documento, por RG, etc. Quando o Governo propõe colocar no ar, na internet, na WEB, um site com a proposta de transparência ou de dar transparência, subentende-se qualquer pessoa, um leigo, deve ter a facilidade de navegação e ter a informação da qual tem curiosidade de obter com, no máximo, 2 cliques. Isso, via de regra, é o que é pregado no universo dos web designers de sites de internet. Passou de 2 cliques, o site deixa a desejar.

Eu tive a curiosidade, em cima das colocações do Deputado Valdir Rossoni, de pesquisar exatamente sobre quanto foi destinado para as ONG's e, de fato, cheguei num beco sem saída, num verdadeiro gargalo, onde eu tinha que ter em mãos a CNPJ da OSCIP, da ONG, e o nome da ONG, o que, particularmente, acho que torna esse anúncio de transparência realmente obsoleto. Se nós pegarmos, por exemplo, Deputado Jocelito, um site de busca, porque estamos falando de busca, o Google, então posso fazer buscas com várias categorias, por nome, por telefone, por RG e etc. Então, penso, até para corroborar com a boa intenção do Governo, que se, de fato, a intenção é transformar o site em uma vitrine de transparência, de modelo, etc, tem que se ter a facilidade de digitar ali apenas a expressão "ONGs" e todas as ONGs viram relacionadas, se é que a intenção é esta.

Faço a seguinte observação: quem fez a análise desse portal ou desse site tinha consciência de que deveria disponibilizar essa ferramenta ou esse mecanismo e não fez porque, obviamente, foi instruído a não fazê-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Apenas para comunicar aos Srs. Parlamentares, Deputados e Deputadas desta Casa, que houve um acordo entre as lideranças que o documento já foi inclusive alterado para 12 anos. Gostaria que os Deputados e as Deputadas desta Sessão tivessem conhecimento que foi feito este acordo entre o Líder da Oposição, Rossoni, e também o Líder da Situação, Luiz Claudio Romanelli. O documento inclusive será votado por V. Exas. daqui a alguns instantes.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Presidente.

(Assentimento)

Só um esclarecimento para não ficar mal com o Deputado Romanelli. Eu, em momento nenhum, o Deputado Kielese ouviu errado, eu não disse que o Deputado Romanelli disse que o Governo não tinha gastado os 25% da educação. Eu que disse que o Governo, realmente, não gastou 25% em educação em 2003 e disse, também, que quem chamou o Secretário de malcriado foi... o Romanelli disse só isso!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu não disse que o Secretário era malcriado...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Que a atitude ele... o senhor falou...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

... que a nota tinha...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

... dava a entender!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

... houve essa malcriação. Foi isso que eu disse.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O requerimento vai ser aprovado. Já entramos num acordo, mas gostaria de deixar registrado, vou ser muito breve mesmo, porque os Deputados estão se ausentando da Sessão. Mas, precisava deixar o registro com relação ao site gestão do dinheiro público, que é simplesmente um absurdo! Eu mesmo já propus aqui no Plenário da Assembléia Legislativa, foi para votação um pedido para que esse site saia do ar. É um absurdo o que se vê ali ou o que não se vê ali. O site gestão do dinheiro público não é transparente e o Deputado Luiz Claudio Romanelli falou que o site é na verdade, um livro caixa! Vou mais adiante: ele é um livro caixa preta, porque está tudo errado! Tanto é que nesse site os gastos de certas secretarias não batem com os gastos emitidos pelo Tribunal de Contas. E assim por diante.

Acredito que esse site tinha que ser objeto jurídico, porque temos que questionar não é só aqui na Assembléia Legislativa, mas também na Justiça, porque quando o Governo do Estado tenta mascarar, esconder, ludibriar o povo paranaense através de um site mal feito, temos que nos pronunciar de maneira contundente.

Era isso que eu tinha para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação o requerimento da Bancada da Oposição. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Verificação de votação, chamada nominal, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Será feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Rosane Ferreira)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sra. presidente, os Deputados chegaram agora, queria retirar a chamada nominal.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está aprovada a retirada.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pela ordem, Sra. Presidente?

(Assentimento)

Sra. Presidente, fico feliz em vê-la presidindo. Até há pouco, as 3 senhoras estavam presidindo, o que é uma honra. Pedi pela ordem para registrar a minha presença, senão a oposição da Folha de Londrina vai dar falta, apesar de estarmos presentes, eu e o Deputado Antonio Belinati.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está devidamente registrada a presença de V. Exa. e dos Deputados Fernando Ribas Carli e Antonio Belinati.

Eu gostaria, Deputado Antonio Anibelli, de consultá-lo, o senhor que é o Vice-Presidente desta Casa, se gostaria de tomar assento nesta tarde.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sra. Presidente, ficaria mal para mim, eu substituir a sua beleza e competência na presidência desta Casa. Eu seria enxotado pelos meus companheiros. Por isso, V. Exa. continue como está presidindo, excelentemente. Tenho certeza que a partir de hoje, V. Exa. irá presidir muitas Sessões, por sua competência.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Requerimento nº 2381, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti e do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Verificação de votação, Sra. Presidente, para verificar quem votou a favor e quem votou contra.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Quero registrar o meu voto favorável.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Por unanimidade, Deputado Jocelito.

Está aprovado.

Requerimento nº 2388, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2389, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2396, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2390, de autoria da Deputada Cida Borghetti e do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2394, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2398, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2397, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sra. Presidente?

(Assentimento)

Registrar a minha presença.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sra. Presidente?

(Assentimento)

Registrar à Mesa, que hoje completou 5 Sessões que foi retirado um projeto nosso, que está na Ordem do Dia e eu gostaria que ele voltasse, de acordo como determina o Regimento, na Sessão de amanhã.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Será consultado ao Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 154, 206, 333 e 368/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 352, 358, 484 e 529/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/07 e do Projeto de Resolução nº 009/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Indicações Legislativas****INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 286**

Autoria: Deputado Professor Luizão

SÚMULA:

Propõe um aumento no efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Militar de Pinhais e Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A implantação de uma Companhia da Polícia Militar em Pinhais para atender os municípios de Pinhais e Piraquara.

2) Aumento do efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Militar no município de Pinhais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A indicação justifica-se pela urgência e necessidade de aumentar o efetivo da Polícia Militar no local, em razão da carência de proteção policial da população local, que há muito vem sendo vítima do crescimento acelerado da violência, com destaque nos dois últimos anos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 287

Autoria: Deputado Professor Luizão

SÚMULA:

Propõe a construção da ligação da Av. Maurício Fruet em Curitiba, com a Av. Iraí em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A construção da ligação da Avenida Maurício Fruet em Curitiba com a Avenida Iraí em Pinhais, passando em frente ao Autódromo Internacional.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Existe um estrangulamento neste trecho, que liga Curitiba a Pinhais.

Após passar pelo Capão da Imbuia, não há continuidade da Av. Maurício Fruet, sendo necessário atravessar a ferrovia, passando pelo antigo terminal de Pinhais e atravessar novamente a ferrovia na altura da Avenida Camilo di Lellis, em Pinhais, para alcançar

a Avenida Iraí que dá acesso a Piraquara na região do Bairro Guarituba.

A situação já complicada, se agrava quando acontecem eventos no Autódromo Internacional, tornando-se inviável o trânsito naquela região.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 288

Autoria: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA:

Propõe reforma no Colégio Estadual Fabiana Pimentel e Escola Maria Aparecida Nigolski.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de obras de ampliação no Colégio Estadual Fabiana Pimentel, localizado no município de Castro, conforme Protocolo nº 9.215.666-4.

2) A realização de obras de ampliação para adequação de alunos deficientes na Escola Estadual Maria Aparecida Nigolski, localizado no município de Castro, conforme Protocolo nº 9.386.672-0.

3) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 289

Autoria: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA:

Propõe reforma na Escola Henrique Stadler e Escola David Carneiro.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de obras de ampliação na Escola Estadual Henrique Stadler, localizada no município de Palmeira, conforme Protocolo nº 8025133-5.

2) A realização de reforma e reparos na Quadra de Esportes da Escola Estadual David Carneiro, localizada no município de Palmeira, conforme Protocolo nº 8.927.268-8.

3) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 290

Autoria: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA:

Propõe reforma na Escola Alcides Munhoz e Colégio Estadual Santo Antônio.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de reforma e reparos na Escola Estadual Alcides Munhoz, localizada no município de Imbituva, conforme Protocolo nº 9.045.866-3.

2) A realização de reforma e reparos no Colégio Estadual Santo Antônio, localizado no município de Imbituva, conforme Protocolo nº 9.046.018-8.

3) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 291

Autoria: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA:

Propõe reforma na Escola Eurico Batista Rosa.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de obras de ampliação na Escola Eurico Batista Rosa, do município de Carambeí, conforme Protocolo nº 9.045.936-8.

2) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 292

Autoria: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA:

Propõe reformas e ampliações em Escolas Estaduais de Ponta Grossa conforme solicitações abaixo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o que segue:

1) Reformas no Colégio Estadual General Osório - Protocolo nº 9.056.512-5.

2) Construção de um muro no Colégio Estadual Linda C. Bacila, Protocolo nº 5.898.303-9.

3) Reforma e ampliação no Colégio Estadual Linda C. Bacila. Protocolo nº 8.770.861-6.

4) Reparos no Colégio Estadual Elzira C. de Sá - Protocolo nº 9.297.023-0.

5) Reparos na Escola Estadual Bento Mossurunga - Protocolo nº 8.512.308-4.

6) Melhorias e ampliação na Escola Estadual Pe. Pedro Grezelczaki - Protocolo nº 9.045.809-4.

7) Obras de reparos no Colégio Estadual Polivalente - Protocolo nº 9.386.942-7.

8) Obras de melhorias no Colégio Estadual Polivalente - Protocolo nº 9.386.943-7.

9) Obras de reparos no Colégio Estadual Santa Maria - Protocolo nº 9.223.187-9.

10) Obras de reparos no Colégio Estadual Epaminondas Novaes Ribas - Protocolo nº 4.806.097.

11) Obras de reparos no telhado na Usina do Conhecimento - Protocolo nº 8.071.385-1.

12) Construção de novos banheiros no Colégio Estadual Dr. Munhoz da Rocha - Protocolo nº 9.387.400-5.

13) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 293

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Propõe a compra de aparelhos para o Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa. e ao Sr. Comandante, para expor e reivindicar o seguinte:

1) Autorização de compra, dos seguinte aparelhos abaixo relacionados, para o Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá:

- a) um vídeo laparoscopia;
- b) um vídeo endoscopia;
- c) um vídeo colonoscopia; e
- d) uma ambulância - UTI.

2) A solicitação justifica-se pelo grande número de pessoas atendidas pelo Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá e com a aquisição desses aparelhos haveria possibilidade e certeza de melhora desse atendimento. Milhares de pessoas de toda região do Norte do Paraná seriam beneficiadas com essa ação governamental.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 294

Autoria: Deputado Professor Luizão

SÚMULA:

Propõe a reestruturação da Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), no trecho que atravessa a Cidade de Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A reestruturação da Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), no trecho que atravessa a Cidade de Pinhais.

JUSTIFICATIVA:

Esta é a principal ligação de Curitiba com Piraquara, dividindo a Cidade de Pinhais ao meio. Com o aumento da população destes dois municípios nos últimos anos, aliada à ligação desta rodovia com a BR-116, Contorno Leste, o fluxo de veículos tornou-se bastante intenso em Pinhais, tornando-se insuportável quando da promoção de eventos na EXPOTRADE.

Inúmeros acidentes têm ocorrido ao longo desta rodovia, necessitando de urgente intervenção e reestruturação, para que tenha três pistas de cada lado, calçamento para pedestres, ciclovias e passarelas, principalmente nos locais onde é intensa a travessia de estudantes.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 295

Autoria: Deputado Professor Luizão

SÚMULA:

Propõe a duplicação da Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), no trecho entre Pinhais e Piraquara, com a construção de ciclovias.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A duplicação da Rodovia PR-415, João Leopoldo Jacomel, no trecho entre Pinhais e Piraquara, com a construção de ciclovias.

JUSTIFICATIVA:

Esta rodovia foi pavimentada na década de 1970 e nos últimos anos houve uma explosão demográfica nos municípios de Pinhais e Piraquara, principalmente na região de Guarituba, intensificando o trânsito na região e causando inúmeros acidentes.

A situação se agravou com a construção dos acessos desta rodovia com a BR-116, Contorno Leste, tornando-se importante ligação com Curitiba.

A construção de ciclovias também é necessária, dado o grande número de ciclistas submetidos ao risco do intenso tráfego de veículos automotores nessa região.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 297

Autoria: Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Solicito proceder à realização da pavimentação asfáltica do trecho da PR 364, entre o município de Inácio Martins e o distrito de Guará do Município de Guarapuava, totalizando 28 KM de asfalto.

Ao Sr. Secretário de Transportes do Estado do Paraná - Rogério Wallbach Tizzot.

Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em especial o artigo 127, o Parlamentar que abaixo subscreve vem solicitar de V. Exa.:

1) Proceder à realização da pavimentação asfáltica do trecho da PR-364, entre o município de Inácio Martins e o distrito Guará, do município de Guarapuava, totalizando 28 quilômetros de asfalto.

2) Tal indicação justifica-se pelo benefício que trará ao desenvolvimento daquela região, servindo como rota alternativa para desvio de duas praças de pedágio.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 298

Autoria: Deputado Ribas Carli Filho

SÚMULA:

Proceder o reinício da obra de ligação asfáltica entre Reserva do Iguaçu e Dois Pinheiros, entre Reserva do Iguaçu e Pinhão.

Ao Sr. Secretário de Transportes do Estado do Paraná - Rogério Wallbach Tizzot.

Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em especial o artigo 127, o Parlamentar que abaixo subscreve vem solicitar de V. Exa.:

1) Proceder o reinício da obra de ligação asfáltica entre Reserva do Iguaçu e Dois Pinheiros, entre Reserva do Iguaçu e Pinhão.

2) Tal indicação justifica-se pelo fato de que a obra já foi licitada em data anterior e paralisada no início da gestão do Governador Roberto Requião no mandato anterior. O trecho servirá à comunidade local, os municípios de Manguaçu, Candói, Foz do Jordão, Pinhão e como rota de ligação com a região sudoeste do Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 300

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Construção de Unidade Nova no Parque Residencial Alvarado UNV, no município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de Unidade Nova no Parque Residencial Alvarado, com vinte salas de aula, laboratório de química, física e biologia, laboratório de informática, sala de uso múltiplo, biblioteca, ambientes administrativos e serviços gerais, refeitório, sanitários para alunos e professores, quadra de esporte e casa de zelador.

2) Essa reivindicação já foi analisada e aprovada pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, através do Parecer nº 114/06, de 15 de março de 2006.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 301

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Construção de uma unidade de saúde de Pronto Atendimento NIS-III, no município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Construção de uma unidade de saúde de Pronto Atendimento NIS-III, no município de Sarandi, para ser implantado no bairro Jardim Esperança.

2) Essa reivindicação vem atender a população da região sul do município de Sarandi.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 302

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de 01 kit de informática para o Colégio Estadual Helena Kolody, do município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Liberação de um kit de informática para o Colégio Estadual Helena Kolody do município de Sarandi.

2) Essa reivindicação vem suprir uma necessidade dos alunos do Colégio Estadual Helena Kolody.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 303

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Construção de sala de aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Adelaide Dezotti Tonon, no município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de sala de aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Adelaide Dezotti Tonon, no município de Sarandi.

2) Essa reivindicação vem beneficiar as mães que trabalham fora e não dispõem de um local adequado para deixarem seus filhos durante este período, e assim atendendo o maior número de crianças da comunidade.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 304

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Construção de um Centro de Educação Infantil, no bairro Jardim Verão, município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Construção de um Centro de Educação Infantil, no bairro Jardim Verão, município de Sarandi.

2) Essa reivindicação vem beneficiar as mães que trabalham fora e não dispõem de um local adequado para deixarem seus filhos durante este período, e assim atendendo o maior número de crianças da comunidade.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 305

Autoria: Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Propõe a isenção de pagamento de taxa de publicações das creches comunitárias no Diário Oficial.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e Sr. Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado.

O Deputado dirige-se à V. Exa. e ao Sr. Diretor-Presidente, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A isenção de pagamento de taxa de publicações no Diário Oficial do Estado, para as creches comunitárias instaladas no Estado do Paraná.

2) Sabemos que essas entidades, sem fins lucrativos, realizam trabalhos maravilhosos em benefícios da nossa coletividade, mas carecem de recursos para ações administrativas que são obrigadas a realizar, como de publicação de seus atos, assembléias e balanços na Imprensa Oficial.

3) Isto posto, justifica-se a presente indicação, que irá reverter o montante que iria para o pagamento de taxas, junto a Imprensa Oficial, para proporcionar melhoria no atendimento de seus beneficiários.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 306

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Propõe a implantação de Centros de Urgências nos municípios paranaenses.

Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) A implantação de Centros de Urgências Médicas, nos moldes da unidade que está sendo implantada em Curitiba, mais especificamente no bairro CIC.

2) Como prioridade indicam-se os municípios de Pirai do Sul, São Mateus do Sul, Irati, Piraquara, Campo Largo, Campo Magro, Jacarezinho, Wenceslau Braz, Jaguariaíva e Lapa.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se justifica pois tais centros oferecem, em tempo integral, pronto atendimento infantil e leitos para internamentos. Conta ainda com unidades de

suporte avançado, além de pré-consultas, inalação, vacinas, farmácia e fraldários.

Logo a saúde pública do Paraná será aprimorada com a instalação destes centros, garantindo um atendimento digno à população paranaense.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 307

Autoria: Deputado Dr. Dr. Batista

SÚMULA:

Reformas na quadra do ginásio de esportes e na casa do zelador, no Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Reforma na quadra do ginásio de esportes e na casa do zelador, no Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, no município de Maringá.

II - Essa reivindicação vem suprir uma necessidade dos alunos do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, com o protocolo do sistema integrado de documentos nº 5.502.809-5.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 308

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Reforma geral na Escola Jandaia do Sul, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Reforma geral na Escola Jandaia do Sul, no município de Maringá.

II - Essa reivindicação vem suprir uma necessidade dos alunos da Escola Jandaia do Sul, com o protocolo do sistema integrado de documentos nº 8.559.442-7.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 309

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Propõe a compra imediata do medicamento Prograf para evitar a rejeição nos transplantados do fígado.

Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar a compra imediata do medicamento Prograf, para evitar a rejeição nos transplantados do fígado.

JUSTIFICATIVA:

Tal medicamento é o único capaz de evitar com segurança a rejeição aos fígados transplantados, e a situação é de uma urgência total, pois já recebemos informações que transplantados da Cidade de Paranaíba não terão mais acesso a este medicamento dentro de trinta dias.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 310

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita a imediata duplicação da Rodovia que liga Curitiba a Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Obras Públicas

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar a imediata duplicação da rodovia que liga Curitiba a Piraquara.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz de absoluta urgência, pois esta estrada tem se tornado campeã em trágicos acidentes e a ligação com a capital do estado deve ser ampliada e melhorada ante o constante avanço populacional da região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 311

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Sugere a instalação de uma unidade de terapia intensiva (UTI) no município de Siqueira Campos/PR.

Ao Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar:

1. A instalação de uma Unidade de Terapia Intensiva - UTI, no município de Siqueira Campos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz de absoluta urgência, pois a comunidade local e das regiões vizinhas tendem a se deslocar para Santa Antonio da Platina ou até mesmo para Jacarezinho, em busca de atendimento adequado.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 312

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção do IML, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção do Instituto Médico Legal - IML, no município de Maringá.

II - Estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações da comunidade maringense e da região, que há muito reivindica a construção e a instalação do aparelhamento médico legal, para suprir as necessidades básicas para a cidadania local.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 313

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Sugere equipamentos de UTI para o Hospital Nossa Senhora da Saúde, no município de Santo Antonio da Platina.

Ao Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar:

1. Equipamentos de UTI para o Hospital Nossa Senhora da Saúde, no município de Santo Antonio da Platina.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz urgente, pois existe instalação adequada e preparada para receber uma UTI, dependendo tão somente da aquisição dos equipamentos próprios para a unidade.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 314

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Sugere a construção de uma nova Delegacia de Polícia Civil, no município de Guaíra.

Ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Segurança Pública.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar:

1) A construção de uma nova Delegacia de Polícia Civil, no município de Guaíra.

2) O imediato aumento do efetivo da Polícia Civil e Militar, com a subdivisão da Polícia Civil e a criação da Companhia da Polícia Militar no mesmo município.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.04.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz urgente, pois recebemos ofício do Conselho da Comunidade de Execução Penal da

Comarca de Guaíra/PR, relatando as dificuldades das Polícias Civil e Militar naquele município, pela precarização das instalações e falta de pessoal.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 315

Autoria: Deputado Francisco Bühner

SÚMULA:

Sugere a instalação de uma Unidade Regional da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, no município de São José dos Pinhais.

Ilmo Sr. Presidente da SANEPAR, Stênio Jacob.

O Deputado Francisco Bühner se dirige a V. Sa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Solicita a instalação de uma Regional Administrativa da Companhia de Saneamento do Paraná, no município de São José dos Pinhais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Com localização estratégica na região metropolitana de Curitiba e de elevada importância no contexto econômico e social do Paraná, São José dos Pinhais, com aproximadamente 300 mil habitantes, requer dos poderes públicos, estadual e municipal, constantes investimentos em serviços que possam suprir todas as necessidades eminentes de uma cidade em pleno desenvolvimento.

Assim, se fazem necessários aportes e aprimoramentos de equipamentos de serviços públicos, de tal forma que possam estes estar adequados à demanda de utilização que o município requer, tanto por sua densidade demográfica quanto por seu parque fabril, multiplamente variado.

Desta forma e pelas razões expostas, consideramos que nossa solicitação seja observada como justa e necessária e com isso, São José dos Pinhais passe a contar com uma Unidade Regional da SANEPAR.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 316

Autoria: Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Propõe a instalação da Delegacia Especializada em Crimes na Internet.

Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação da Delegacia Especializada em Crimes da Internet, criada pela Lei nº 13286, de 26 de outubro de 2001;

II - a lei entrou em vigor quando foi publicada no Diário Oficial nº 6109, de 09 de novembro de 2001, mas até a presente data a delegacia ainda não foi instalada, trazendo enormes prejuízos à comunidade, pois existem inúmeras situações em que criminosos, aproveitando as lacunas e falhas do sistema, tentam ou efetivamente se apropriam de informações, acesso a cartões de créditos, contas correntes de pessoas físicas e jurídicas, além de

proporcionar acesso indiscriminado para quem quiser visitar páginas de pornografia, de pedofilia, de violência, entre outras.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 317

Autoria: Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel

SÚMULA:

Propõe a instalação de duas Unidades de Saúde, no município de Carambeí.

Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde.

Os Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel dirigem-se a V. Exa. para solicitar:

1 - a instalação de duas Unidades de Saúde, no município de Carambeí;

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz premente em virtude de nossa visita à região dos campos gerais e a constatação da necessidade de dois bairros carentes do município de Carambeí, que enfrentam dificuldades porque tiveram um crescimento populacional muito elevado e pela localização que dificulta a mobilidade dos usuários de saúde até a unidade central.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 318

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de uma quadra de esportes coberta, na Escola Estadual Ipiranga, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma quadra de esportes coberta na Escola Estadual Ipiranga, no município de Maringá;

II - estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações da comunidade maringense e que há muito reivindica a construção da cobertura na quadra.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 319

Autoria: Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Solicita o aumento do efetivo da Polícia Militar para os municípios da região metropolitana de Curitiba.

Aos Exmos. Srs. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública e Cel. Nemésio Xavier de França Filho, Comandante-Geral da Polícia Militar.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se aos Srs. Secretários, para solicitar o seguinte:

1) o aumento do efetivo de policiais militares, nos municípios da região metropolitana de Curitiba, tendo em vista o significativo crescimento demográfico da região metropolitana de Curitiba e com o agravante da violência em nossas cidades. A população dos municípios da região metropolitana é superior a 1.400.000 habitantes, conforme IBGE/IPARDES 2004, e há 599 policiais militares, resultando numa média de um policial para 2.300 habitantes, bem distante do ideal recomendado pela ONU: de um policial para quinhentos habitantes: somos sabedores das dificuldades do estado para chegar na média ideal, mas com o aumento do efetivo será reduzido a diferença gritante e maior resultado para o cidadão que tanto clama por melhorias na área da segurança pública.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 320

Autoria: Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe a construção de cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Oscar Joseph D'Plácido e Silva em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) a construção de uma cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Oscar Joseph D'Plácido e Silva no município de Pinhais.

2) Justificativa:

A cobertura se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades na prática de esporte e ginástica, protegendo a todos das intempéries climáticas, como chuvas e excesso de sol, possibilitando a toda a comunidade escolar um ambiente protegido e seguro para as aulas de educação física e a prática de esporte.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 321

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicitar que seja incluído o bairro Fênix, de Pinhais, no plano de saneamento básico.

Ao Exmo. Sr. Stênio Jacob - Presidente da SANEPAR.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Presidente, para solicitar o seguinte:

1) seja incluído no plano de saneamento básico, o bairro Fênix, localizado no município de Pinhais.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, pois este bairro está muito carente nesta área e necessita de investimentos imediatos em saneamento básico.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 322

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe convênio entre a Prefeitura Municipal de Nova Tebas e a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná para calçamento de rua.

Ao Exmo. Sr. Rogério WallbachWallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) O calçamento de aproximadamente 400 metros na Rua Minas Gerais, situada no município de Nova Tebas.

2) A solicitação justifica-se em virtude que neste trecho está instalada a indústria de laticínio Fama de Nova Tebas, a qual atualmente recebe em torno de 19 mil litros de leite por dia.

Este trecho sem calçamento torna-se dificultoso principalmente nos dias de chuva, haja vista que os veículos que transportam leite, encontram dificuldades para chegarem até a indústria.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 323

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicitar que seja criado um hospital regional no Vale da Ribeira.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) seja criado um hospital regional na região do Vale da Ribeira.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, pois a região do Vale do Ribeira está carente de um hospital regional, a população vem aumentando em escala considerável e não dispõe de atendimento hospitalar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 324

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário da Educação a criação de Biblioteca Cidadã no município de Paranavaí.

Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Secretário da Educação.

Paranavaí é, atualmente, pólo regional de educação na região noroeste do Paraná, fato que possibilita aos milhares de moradores das cidades que compõem essa microrregião, a qual atende 35 (trinta e cinco) municípios, disporem de estrutura educacional que fornece importante subsídio à formação desses estudantes. Ocorre que há procura elevada, por parte dos estudantes primários e secundários, de bibliotecas públicas que disponibilizem material para consulta e leitura, procura essa que constitui demanda que não pode ser suprida somente pela Biblioteca Pública Municipal de Paranavaí, razão pela qual se propõe ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Educação a implantação de uma Biblioteca Cidadã no município de Paranavaí e o funcionamento de curso de capacitação e atualização para os funcionários das bibliotecas dos municípios de Paranavaí e da microrregião noroeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Além de atender demanda mais do que premente dos estudantes primários e secundários de Paranavaí e região, a implantação de uma nova biblioteca e o estabelecimento de curso de atualização para funcionários das bibliotecas já instaladas em Paranavaí e na microrregião noroeste do Paraná, constituirá incentivo imprescindível para elevar seja a formação dos estudantes, seja a motivação dos funcionários a novos patamares de desenvolvimento, aperfeiçoamento mão-de-obra que lida com setor da educação tão importante quanto a escola na formação dos estudantes e que, todavia, por vezes foi negligenciado, quando não esquecido, pelos programas de formação e aperfeiçoamento de pessoal.

Demais, sabe-se que os livros, a matéria-prima de que se compõe o acervo de uma biblioteca, precisa ser constantemente atualizado e aumentado, de modo que possibilite e descortine a todos quanto dele fazem uso novas possibilidades de conhecimento e a ampliação do horizonte de consciências dos estudantes e funcionários.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 325

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e à Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a criação do curso de Direito na Faculdade

Estadual de Educação, Ciências e Letras - FAFIPA, de Paranavaí.

Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Paranavaí é, atualmente, pólo regional de educação na região noroeste do Paraná, fato que possibilita aos milhares de moradores das cidades que compõem essa microrregião, a qual atende 35 (trinta e cinco) municípios, concluírem seus estudos superiores sem terem de se deslocar para regiões mais distantes e com custos significativamente reduzidos. Ocorre que há procura elevada por parte dos estudantes pelo curso de Direito, o qual não faz parte da grade de cursos oferecidos pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras - FAFIPA, única faculdade estadual a funcionar no município, e tampouco é oferecido por faculdades particulares que funcionam nesse município, razão pela qual, por meio desta indicação, propõe-se ao Governador do Estado e à Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior seja implantado na FAFIPA o curso de Direito.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Funcionou em Paranavaí, em instituições privadas, curso de Direito que, contudo, teve que ser fechado por falta de autorização para funcionamento do Ministério da Educação - MEC. Esse curso era o mais procurado daquela instituição e, após seu fechamento, continua a ser um dos mais escolhidos pelos estudantes daquela microrregião no vestibular, os quais, na maior parte das vezes, vêem seu sonho frustrado pela impossibilidade material de arcar com todas as despesas envolvidas na possibilidade de cursar Direito em universidades ou faculdades fora do município de Paranavaí.

Não bastasse isso, desde o fechamento do curso que funcionou na instituição privada, existe um quadro notável de professores de Direito que vivem em Paranavaí e região e estão ociosos.

Há, pois, a presença de todos os fatores necessários para implantação desse curso no município, medida que, diante do exposto, se implantada for, constituirá mais do que uma conquista para o povo da região, uma efetiva realização de justiça social. Porquanto, a presença desse curso na FAFIPA, uma instituição pública, oferecerá igualdade de oportunidades a todos os estudantes que têm o sonho de cursar Direito, independentemente das limitações financeiras ou geográficas que eles tenham de enfrentar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 326

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicitar que seja asfaltada a estrada que liga os municípios de Tunas do Paraná a Cerro Azul.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) seja efetuado o asfaltamento da estrada que liga os municípios de Tunas do Paraná a Cerro Azul.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, pois esta ligação entre os dois municípios é muito utilizada e é a única ligação direta entre eles, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento destas cidades.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

Atas de Comissões

Assuntos Metropolitanos

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Assuntos Metropolitanos, sob a presidência do Deputado Osmar Bertoldi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 310/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Com parecer do Deputado Tadeu Veneri, FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 321/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Com parecer do Deputado Ribas Carli Filho, FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Jéssica Pâmela Oliveira Barbosa, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente

Jéssica Pâmela Oliveira Barbosa - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala do Presidente no Plenário, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 339/07 de autoria do

Deputado Nereu Moura. Relator: Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 352/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 420/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 358/07, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Logo após, foi debatido entre os membros da comissão, aspectos da crise aérea, após uma explanação do Sr. Presidente, Deputado Marcelo Rangel, que indicou medidas que poderiam ser tomadas para tentar solucionar os graves problemas que ocorrem no nosso Aeroporto Afonso Pena. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Redação

COMISSÃO DA REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 154/07, 206/07, 333/07, 368/07, 373/07, 486/07, 496/07 e 498/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Comissão Especial de Reforma da Constituição

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Presidência no Plenário, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, que irá analisar a Proposição nº 043/07, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental

pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome da Deputada Cida Borghetti para Presidente e do Deputado Ademar Traiano para Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual eleita, a Deputada Cida Borghetti agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares e indicou o Deputado Nereu Moura para exercer a função de Relator da comissão. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR -
Diretor Legislativo

Comissão Especial de Investigação - Insu- mos e Fertilizantes

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO
INSUMOS E FERTILIZANTES

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da presidência no plenário, reuniram-se os membros indicados para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes do Deputado Elton Welter e da Deputada Rosane Ferreira para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Elton Welter agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares e indicou o Deputado Clei-

ton Kielse para exercer a função de Relator da mesma. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELTON WELTER - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual

1º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 3304/06

Objeto: Serviço de coleta de resíduos hospitalares para este Poder.

Classificada: SERQUIP Tratamento de Resíduos Paraná Ltda.

Vigência: 24/06/07 a 24/06/08.

Valor: R\$ 60,00 mensais por bombona.

(a) COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Licença Especial

LICENÇA ESPECIAL

Protocolo: 7204/07

Data: 13/07/07

Requerente: TOTILA GLITZ

Assunto: Requer licença especial

DESPACHO

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria.
- 2) Ao DSE para publicação.
- 3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, 13/08/07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

